

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Curso de Psicologia



Uma Vida Solitária

Ferdinando Parrini Andreoni Guzzo

São Paulo

2024

Ferdinando Parrini Andreoni Guzzo

Uma Vida Solitária

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para a graduação no Curso de Psicologia sob orientação da Profª Dra. Solange Aparecida Emílio.

São Paulo

2024

Resumo

GUZZO, F. P. A. Uma Vida Solitária. 2024. EMÍLIO, S. A.

Essa pesquisa aborda o problema histórico brasileiro da transfobia, utilizando-se dos conceitos da Teoria Queer de Judith Butler, de dados epidemiológicos da população trans, e de uma entrevista feita pelo o autor, para dissertar sobre o tema da vivência trans no ambiente universitário, assim como o papel do psicólogo frente a esse cenário. Por meio de uma pesquisa empírica qualitativa feita para alunos trans da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o autor utilizou de suas respostas, juntamente de uma revisão bibliográfica interdisciplinar, para estudar a respeito da entrada, permanência, e saída de estudantes trans na universidade, e de que forma a figura de um profissional da Psicologia teve, ou poderia ter, impacto nesses aspectos. A entrevista foi semidirigida, ou seja, dispôs de um roteiro para o encontro com o participante, em que através de uma primeira pergunta disparadora e algumas questões-tópicos, o dinamismo da entrevista foi encorajado. A análise de dados se deu de forma qualitativa e, a partir das falas coletadas, buscou-se elementos das vivências universitárias de modo a compor um relato que pudesse ser comparado à teoria e revisão bibliográfica feita pelo pesquisador. A partir disso, foi observado que a realidade de uma pessoa trans atravessa qualquer espaço que ocupa, logo, na universidade isso também é presente, de modo que as relações interpessoais descritas sempre perpassam esse fator de identificação. A complexidade de sua existência expande-se para o modo em que se experiencia o acolhimento, relações com docentes e discentes e outros membros do ambiente educacional, assim como outros elementos do cotidiano como a utilização do nome social e o uso de banheiros. Conclui-se, portanto, que é preciso uma maior atuação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em contemplar as pessoas trans que fazem parte da universidade, e que existem diversos papéis que um profissional da Psicologia pode assumir para garantir o cumprimento de direitos, o bem-estar e a saúde mental desses e demais estudantes.

Palavras-chave: transgeneridade, psicologia, universidade, gênero, transfobia.

Sumário

1.Introdução	p.5
1.1.Gênero e Sexualidade.....	p.6
1.2. Transfobia, Brasil e Estado de Direito.....	p.8
1.3.Educação e Universidade.....	p.14
1.4.Justificativa.....	p.16
2.Objetivo.....	p.16
3.Metodologia Proposta.....	p.17
3.1.Metodologia de Análise de dados.....	p.18
4.Apresentação e Discussão dos Resultados.....	p.18
4.1.Em Busca das Pessoas Trans dos Cursos da PUC-SP.....	p.19
4.2.A Entrevista.....	p.20
4.3. A Vivência Universitária.....	p.25
4.4.O Papel do Psicólogo.....	p.27
5.Considerações Finais.....	p.30
Referências Bibliográficas.....	p.32
Apêndice 1 - Manuscrito da Entrevista com Joana.....	p.36
Apêndice 2 - Roteiro para a Entrevista Semidirigida.....	p.47
Apêndice 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	p.48
Anexo 1 - Parecer da Pesquisa.....	p.52

1. Introdução

O interesse do autor com a temática trans surgiu de suas vivências, positivas e negativas, em torno do conceito de gênero, no nível individual e interno e no nível coletivo e externo. A inspiração para a produção deste trabalho, em específico, partiu da experiência do autor com o ambiente universitário, e durante a disciplina de “Projeto de Pesquisa”, em que a descoberta do baixo número de pesquisas na área da Psicologia a respeito de pessoas trans incentivou o autor a produzir um trabalho dentro do seu espectro de possibilidades.

Atualmente vivemos um momento na história em que a representação de pessoas LGBTQIA+, ou seja, lésbicas, gays, bissexuais, trans, queers, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024) atinge seu auge ao longo da história, sendo essa advinda de uma constante luta por direitos e contra sua discriminação sistemática. No entanto, também observa-se nesse momento o aumento de discursos extremistas que buscam reverter essas conquistas, e mesmo criminalizar a população LGBTQIA+, negando seu direito de existência como tal. Frente a esse cenário, é papel do psicólogo não apenas compreender esse fenômeno, mas participar ativamente na luta por uma igualdade de direitos e de possibilidades para a população LGBTQIA+, repudiando a imposição da cis heteronormatividade¹, sendo um caminho para tal a produção de pesquisas sobre essa população. Dito isso, o foco deste trabalho se dará em cima da letra “T”, ou seja, pessoas trans, de forma que através desta pesquisa seja possível dar um passo adiante no acolhimento dessas pessoas em sua luta.

Antes de qualquer análise, é necessário que se compreenda quem são as pessoas trans e qual sua história no Brasil.

¹ “A cis heteronormatividade é a ideia de uma construção de uma sociedade onde a norma é que todos os corpos se desenvolvam para se tornarem cis gênero e heterossexuais. Nenhum corpo de homem, por assim dizer, se desvie dos atributos que aquela sociedade desempenhou para a masculinidade.” (Rita Von Hunty, 2021, apud Miranda, 2021).

1.1. Gênero e Sexualidade

Pessoa trans, ou pessoa transgênera, é um “termo guarda-chuva”² utilizado de forma que permita denominar todas as pessoas que em alguns, ou todos, os momentos e situações de sua vida, não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído desde de antes do nascimento. Portanto, são pessoas que se afastam do imaginário social cis heteronormativo que se organiza e prega a existência de apenas duas possibilidades de gênero, mutuamente exclusivas e imiscíveis, sendo estas o pênis-homem-masculino e a vulva-mulher-feminino (Silva *et al.*, 2022, p. 2). Ao englobar uma multiplicidade de expressões de gênero, no entanto, é necessário delimitar que a orientação afetivo-sexual, independente de qual seja, não é fator para a inclusão ou exclusão nesse termo, mas sim algo que simplesmente não é o mesmo tópico, por mais que as normativas socialmente construídas entre corpo, gênero e desejo sejam emplacados em uma mesma equação no meio cisheteronormativo (Morera, 2017, apud Silva *et al.*, 2022, p. 2).

Em contrapartida, Silva *et al.* (2019) utilizam da dissertação de mestrado de Viviane Simakawa para contextualizar o termo cisgênero, uma vez que exploram a ausência dele em textos oficiais, e enfatizam que o seu uso é empregado de maneira estratégica para expor a perspectiva binarista vigente sobre gênero. Eles colocam que:

[...] o termo cisgênero emerge para designar a experiência das pessoas que possuem uma identificação com o gênero atrelado e assignado ao nascer, além de buscar uma visão que naturaliza e dicotomiza as experiências, posto que cis seria o oposto de trans, por assim dizer. Entretanto, em sua concepção, o intuito para o qual o conceito fora criado não seria esse, sendo empregado para evidenciar que tanto pessoas trans quanto pessoas cisgêneras passam por processo de identificação de gênero (Simakawa, 2015, apud Silva *et al.*, 2019).

Adentrando nessa questão, é necessário que determinados termos sejam descritos de modo que seu significado permaneça claro durante o trabalho. Para tal, a teoria de gênero de Judith Butler será usada para trabalhar o conceito de gênero. A

² Termo usado para abranger um amplo número de funções ou itens que se enquadram em uma única categoria comum (UMBRELLA-TERM, 2024). Vale ressaltar que é um termo amplamente utilizado no ambiente de discussão LGBTQIA+ e no espaço acadêmico para se referir a uma palavra ou expressão que define um conjunto de identidades relacionadas entre si, com suas especificidades.

ideia de gênero para Butler foi desenvolvida como forma de oposição ao determinismo biológico existente na ideia de sexo, fato este que explica também a resposta desqualificadora desse termo por parte do conservadorismo que prega que gênero e sexo seriam a mesma coisa. No entanto, ao contrário desta postura imprópria, fala-se em gênero pois sexo implica na biologia como determinante da vida, ou seja, o sujeito nasce homem ou mulher, e a partir daí suas diferentes experiências e lugares na sociedade seriam determinados naturalmente, o que por sua vez resulta na naturalização da desigualdade entre homens e mulheres (Firmino; Porchat, 2017, p. 4-5).

Logo, trabalha-se com o conceito de gênero com o intuito de afirmar que diferenças sexuais são significadas e valorizadas pela cultura de forma a produzir diferenças que são ideologicamente afirmadas como naturais. De acordo com Firmino e Porchat (2017), um exemplo prático disso se observa no momento em que, desde a concepção, é criada a expectativa para um “menino” ou “menina”, que é exaltado no momento do ultrassom e nas festas de revelação. Atos como estes inserem o bebê, desde antes do nascimento, em um discurso cultural sobre o que significa ser menino ou menina, e por consequência toda uma expectativa social que é imputada sobre quem aquele sujeito irá desejar, do que irá brincar e de que cores serão suas roupas. Seu corpo está, portanto, desde o início, marcado por significados culturais.

A partir dessa premissa que afasta o entendimento de gênero do sexo biológico, é onde encontra-se por sua vez o significado de sexualidade. Segundo Escobar *et al.*(2016), sexualidade é um termo que a população não difere muito do significado de sexo, ou seja, uma relação heterossexual onde se obtém prazer. Contudo, Firmino e Porchat (2017) expressam que:

Há uma razão política para afirmar o gênero e o sexo como substância/essência. É preciso afirmar a substância dos gêneros dentro do binarismo masculino-feminino para apontar sua naturalidade e supor sua complementaridade, o que afirma a suposta naturalidade do desejo entre “homens” e “mulheres”. Com isso, o caráter compulsório da heterossexualidade é mascarado e o regime de poder se fortalece, já que não nos é apresentado como um regime, como uma lei que é imposta, mas como um fato natural da vida. Essa naturalização e essencialização do gênero e do desejo heterossexual é amplamente operada nas milhares de imagens que são veiculadas nas novelas, filmes, desenhos, materiais didáticos, revistas e na

publicidade. Na verdade, o que se vende é a ideia da heterossexualidade como a única forma viável de existência (Firmino; Porchat, 2017, p. 6-7).

Ao definir a sexualidade como o sexo heterossexual, por exemplo, reafirma-se a matriz heterossexual, ou seja, “a grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados” (Butler, 2003, p.216 *apud* Firmino, Porchat, 2017, p.2). Complementarmente, Viviane V. (2014) traz sua vivência sexual como mulher trans como permeada pela cis heteronormatividade, uma vez que, a existência de discursos sobre os corpos, e as performatividades de gênero esperadas para estes corpos, relegam as existências transgêneras a lugares complexos nos relacionamentos afetivos e sexuais.

Vale ressaltar que o debate acerca da legitimidade de pessoas trans e da realidade do gênero é algo presente nas últimas décadas inclusive no âmbito acadêmico formal, em especial na relação entre a teoria trans, queer e feminista (Draz, 2022, p.1-2). Algumas narrativas sobre pessoas trans abordam a ideia de um “gênero real”, ou seja, afirmam que alguém é um realmente um homem ou uma mulher, o que contradiz quadros filosóficos feministas queer que buscam desnaturalizar o gênero e revelar a construção do termo, gerando assim tensão entre os que têm apelo pelas categorias de gênero no nível íntimo e interpessoal, e aqueles que focam na ruptura conceitual das categorias de gênero (Draz, 2022, p.1-2). Dessa forma, observa-se a necessidade de constantemente revisitar e trabalhar estruturas teóricas, que continuam a seletivamente incluir e excluir pessoas trans no feminismo queer e demais áreas do conhecimento.

1.2. Transfobia, Brasil e Estado de Direito

Com a escalada da extrema direita em diversos países, observada, por exemplo, na vitória de Donald J. Trump nas eleições dos Estados Unidos (EUA) em 2016 e de Jair M. Bolsonaro no Brasil em 2018, observa-se como nunca antes a força da desinformação contra diversos tipos de instituições, tendo como alvos principais cientistas e políticos de oposição (Fargoni *et al.*, 2021, p. 3-4). O discurso trazido é o do pânico moral. A violência é exaltada abertamente como forma de resolver conflitos,

enquanto a igualdade e a autonomia individual são desvalorizadas a favor de uma nostalgia por uma ordem social hierárquica e rígida, invertendo assim o consenso social de que é preciso enfrentar as desigualdades e respeitar as diferenças (Miguel, 2021, p. 3).

Segundo Britto e Vieira de Carvalho (2021), o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking de assassinatos contra a população transgênera. Mesmo após uma notificação internacional com recomendações apresentadas na Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 2015, o Brasil ainda é marcado pela média anual de 121 assassinatos contra pessoas trans, acumulando um total de 1.539 assassinatos no período de 2012 a 2022 (Benevides; Nogueira, 2023, p. 26). Vale ressaltar que entre as pessoas em que foi possível identificar a idade em 2022, apenas 19% delas ultrapassaram a estimativa média de vida de uma pessoa trans, que é de 35 anos. Esses fenômenos de violências múltiplas contra pessoas transgêneras, que violam a sua integridade humana, basicamente visando definir quem deve ou não possuir direitos, são caracterizados como transfobia (Gregori *et al.*, 2022, p. 13). Contudo, para além dessa descrição, é necessário entender que o cenário brasileiro durante a última década propiciou o aumento exponencial dessas violências, em especial durante o período do governo Bolsonaro (Alegria *et al.*, 2019), este que tornou o debate acerca de racismo, transfobia e demais violências de gênero e sexualidade em atos de resistência (Gregori *et al.*, 2022, p. 4).

De acordo com Gregori *et al.* (2022), a luta pelo exercício do direito e contra a transfobia atua também como um enfrentamento às extremas direitas e a bolsonarização do país, estas que trabalharam e ainda trabalham fervorosamente na desqualificação do trabalho produzido na área de ciências humanas e demonizam a esfera das teorias de gênero e sexualidade, trazendo essas questões para o âmbito moral e as distorcendo de forma que os oprimidos sejam vistos como opressores, a chamada "ideologia de gênero". Contrário à origem do termo, usado de maneira ampla nas teorias feministas e queer para indicar a manutenção dos estereótipos que associam automaticamente cada sexo biológico a um conjunto específico de comportamentos, sensibilidades e papéis sociais, o termo é utilizado por grupos de

extrema-direita de maneira a banalizar e desvirtuar a discussão teórica sobre gênero, se colocando contra a desnaturalização dos papéis sociais de gênero (Miguel, 2021, p. 3).

Utilizando-se de argumentos conspiratórios e abertamente preconceituosos, a base conservadora e bolsonarista incita a perseguição e ameaça não apenas às pessoas trans, mas também os grupos e pessoas pesquisadoras dessa área (Gregori *et al.*, 2022, p. 4-5), resultando em graves retrocessos para um maior estudo do tema como a subnotificação de crimes contra a população LGBTQIA+, bem como um contínuo processo de apagamento dos casos que são notificados (Conselho Nacional de Justiça, 2022, p.46).

Antes do período da pandemia de Covid-19, Mendes e Silva (2019) publicaram um estudo a respeito dos homicídios da população LGBTQIA+, dando espaço também para analisar as violências direcionadas à pessoas trans. Nesse estudo, se ressaltou que os homicídios contra a população LGBTQIA+, considerados crimes de ódio e um grave problema de saúde pública, vitimizam jovens, principalmente os transgêneros, e destacaram, entre outros fatores, que normalmente esse tipo de violência ocorre em vias públicas e com o uso de armas de fogo, em sua maioria com dois a cinco golpes ou tiros contra pessoas trans que em sua maioria tinham entre 20 e 29 anos, e que eram profissionais do sexo. Esses dados evidenciam o alto nível de violência utilizado nesses crimes, assim como também remetem ao fato de que o Brasil consistentemente é o país que mais consome pornografia trans nas plataformas digitais de conteúdo adulto no mundo, ao mesmo momento em que é o país que mais assassinou pessoas trans pelo 14º ano consecutivo (Benevides; Nogueira, 2023, p. 6).

Frente a dados que explicitam a violência acometida pelas pessoas trans, há de se questionar o porquê dos direitos LGBTQIA+, considerados direitos humanos desde 2011 pela Organização das Nações Unidas (ONU) (Gorisch, 2013, p. 30), ainda não contemplarem plenamente a população LGBTQIA+ no Brasil (Feitosa, 2016, p. 6-19). De fato, a formulação do conceito de direitos humanos básicos se deu de forma a lutar contra as diversas formas de opressão que se deram ao longo da história da humanidade, e estabelecer antes de qualquer denominação, seja por idade, gênero,

trabalho ou outros, que somos seres humanos com direitos (Cavalcante Rodrigues *et al.*, 2021, p. 2).

O artigo 5º da Constituição de 1988, um marco histórico na transição para a democracia e no estabelecimento dos Direitos Humanos no Brasil, abrangeu os direitos humanos e deu início ao processo de efetivação dos mesmos (Senado Federal, 2013, p. 10). Considerados direitos básicos do ser humano, ou seja, “direitos inerentes a todo ser humano, oponíveis a todos, inclusive ao Estado” (Feijó; Gomes, 2018, p. 2), esses direitos consistem de décadas e séculos de lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas (Bobbio, 1992, *apud* Cavalcante Rodrigues *et al.*, 2021, p. 7).

Contudo, é necessário observar que a população trans em múltiplas instâncias vê seu direito à vida, à segurança, a expressão, dentre outros, violados por conta de uma discriminação de gênero, pois, como mencionado anteriormente, o cenário brasileiro vive uma amplificação dessas violações em relação ao mundo. Logo, não basta que os direitos humanos básicos estejam formalmente reconhecidos por lei, é necessário que o Estado brasileiro atue de forma ativa contra a transfobia e as demais violações desses direitos, de modo que sejam efetivados e materializados (Cavalcante Rodrigues *et al.*, 2021, p. 7).

Portanto, é por meio dessas mesmas lutas que o devido exercício desses direitos será feito, em especial para as pessoas trans. Dito isso, posta a situação crítica que as pessoas trans se encontram atualmente no Brasil, é necessário questionar a falta de atuação direta do Estado brasileiro na garantia do direito à igualdade, à vida, e outros demais (Malta Fleury, 2021, p. 8).

Observa-se pela não implementação na Constituição dos poucos direitos reconhecidos expressamente na legislação à comunidade LGBT (Feijó; Gomes, 2018, p. 2), que o Estado não apresenta responsabilidade frente à marginalização e morte de pessoas trans no Brasil, e atua de forma a coibi-las a viverem de acordo com as normas e expectativas sociais heteronormativas para que possam ter um semblante dos seus direitos garantidos. A partir desse cenário, vê-se necessário resistir e

combater a naturalização social da cisgeneridade e a patologização das vivências trans, de forma que a legitimação e reconhecimento pleno sejam estendidos a elas. Utilizar, por exemplo, da transfobia e cisheteronormatividade como recurso de debate, é importante para esse objetivo, uma vez que é a expressão utilizada nos ambientes acadêmicos e de militância para denunciar e lutar contra todo tipo de violência e discriminações praticadas contra pessoas trans, dando lugar inclusive para a compreensão do caráter institucional e estrutural dessas violências (Simakawa, 2015, p. 70-71).

Vale ressaltar que Butler e Spivak (*apud* Malta Fleury, 2021, p. 5) já traziam a noção de que esse processo não apenas busca a produção de pessoas que comporiam um povo atravessado por categorias normativas determinantes para sua elegibilidade ao pertencimento à comunidade nacional, mas também a de pessoas que apesar de viverem e transitarem pelo território nacional, não são pertencentes dessa comunidade, e justamente por isso reivindicam o seu lugar de pertencimento no povo, e assim o reconhecimento da sua cidadania, da sua existência como pessoas de direito. Apesar de Butler se referir aos EUA em sua fala, no Estado Brasileiro de Direito isso também ocorre nesses moldes.

Pessoas trans são colocadas no complexo lugar jurídico da não-cidadania ou subcidadania, o que resulta em diversas implicações pessoais e sociais de suas possibilidades de existir e viver plenamente, como pessoas (Malta Fleury, 2021, p. 6-7). Portanto, ao contrário do discurso que atesta já existirem direitos plenos para todos, é necessário colocar que os direitos que asseguram uma vida digna, livre de violências e discriminações, para o povo brasileiro, não podem ser interpretados como alcançando as pessoas trans que vivem no país, uma vez que não são reconhecidas como cidadãs (Malta Fleury, 2021, p. 6-7).

O abismo que se observa entre a situação atual e uma vida plenamente digna para a população trans se expressa através da importância de conquistas como a utilização de um banheiro público, da realização de uma atividade tão comum e natural que presume-se ser um direito garantido, independente de qualquer fator identitário. No entanto o que se vê é o contrário, a afirmação desse direito básico acaba por ser um movimento de resistência à construções levianas como a da população trans ser

“predadora sexual em potencial”, ou seja, desloca a questão de gênero para a dimensão da sexualidade, novamente deslegitimando a causa, ao mesmo tempo que realça o pensamento patriarcal da posse de corpos advinda do abuso sexual (Bezerra *et al.*, 2021 p.12). Bezerra *et al.* ainda colocam que:

[...] pensar sobre as razões pelas quais incomoda tanto a utilização dos banheiros por pessoas trans, requer a assunção de uma problemática histórica e biopolítica das violências sofridas por esses corpos, como também a desconstrução das bases históricas dos conceitos de gênero, do que sejam características do masculino e do feminino tanto social, como cultural, biológica e ‘hormonalmente’ falando. Trata-se de implodir essas afetações, por meio da problematização dos equívocos teóricos e epistemológicos construídos na base do conservadorismo, do desconhecimento dos avanços científicos e tecnológicos, da negação da ciência e no governo de um pseudo-misticismo que prega o obscurantismo como forma de restringir e negar o acesso da população ao conhecimento (Bezerra *et al.*, 2021, p.16).

Construções sociais que visam deslegitimar o movimento LGBTQIA+ devem ser enfrentadas também pela sua história de falso embasamento científico, que por décadas buscaram patologizar gêneros e sexualidades desviantes da cis heteronormatividade. Nesse âmbito, é preciso manter viva a memória da participação da Psicologia e da Psiquiatria nessa formação de um ideário patologizante, associando pessoas trans ao chamado “fenômeno transexual” ou “disforia de gênero”, ambos que utilizam do gênero como um método de diferenciar a natureza da cultura, colocando o gênero no espectro psicológico uma vez que só existiria na mente dos sujeitos, o que leva a noção de que qualquer desvio da cis heteronormatividade deveria ser visto como patológico, e, portanto, algo que deveria ser tratado (Bezerra *et al.*, 2021 p.15).

De acordo com Rodrigues *et al.* (2021):

Em 1980, a 3ª edição do DSM inclui, pela primeira vez, a transexualidade enquanto categoria “disforia de gênero” (APA, 1986). Em 1990, a transexualidade entra, pela primeira vez, no CID-2, da OMS, como “perturbação da identidade sexual”, mais especificamente como “transexualismo” (Missé, 2014). Em 1994, o DSM-IV substitui a categoria “disforia de gênero” por “perturbação de identidade de gênero” (APA, 1994). Em 2000, na 4ª edição revista do DSM, a transexualidade mantém-se como “perturbação de identidade de gênero” (APA, 2002). Atualmente, a 5ª edição do Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM-5) substitui a categoria de “perturbação de identidade de gênero” pela categoria “disforia de gênero” (APA, 2013). A transexualidade mantém-se no CID-11 com a designação de “incongruência de gênero” (WHO, 2019). A OMS retira do CID a “perturbação da identidade sexual” (mais especificamente designado por “transexualismo”),

do capítulo associado a doenças, passando a localizá-la como “incongruência de gênero” num outro capítulo associado a “outras condições relativas à saúde sexual” (WHO, 2019) (Rodrigues et al., 2021, p. 4).

Estes modelos de classificação que colocam há décadas as transexualidades como um problema individual e não problematizam a transfobia na sociedade são o alvo de campanhas como a “Stop Trans Pathologization” (STP apud RODRIGUES et al., 2021, p. 7). Movimento organizado através da Rede Internacional pela Despatologização Trans, a iniciativa visava retirar a perturbação de identidade de gênero do DSM e da CID, revogando a obrigatoriedade do diagnóstico psiquiátrico para tratamentos hormonais e cirúrgicos, e para alterar o nome e o sexo no registo civil (Rodrigues *et al.*, 2021, p. 7).

Assim como o STP, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) também promove o debate contra a patologização através de resoluções como a Resolução nº 01/99. Essa resolução recomenda que a atuação do psicólogo “não deve exercer quaisquer atividades que favoreçam a patologização da homossexualidade nem adotar ação coercitiva, no sentido de buscar uma reorientação junto a essas pessoas” (Conselho Federal de Psicologia *apud* Favero; Souza, 2019, p. 5). Favero e Souza (2019) ressaltam, no entanto, que em 2017, um grupo de 27 psicólogos entrou com uma ação na justiça para rever essa resolução, logo, nota-se que mesmo com esses avanços ainda existem profissionais da psicologia que atuam em prol da cis heteronormatividade.

1.3. Educação e Universidade

Neste trabalho, o foco da pesquisa se dará na conquista e no exercício do direito de acesso à universidade pelas pessoas trans. Somente através de conquistas específicas advindas da luta do movimento trans, como a possibilidade de utilizar nome social sob amparo legal (Brasil, 2016) e de conquistas amplas, advindas de lutas de outros movimentos sociais, como políticas públicas de acesso ao ambiente universitário como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) (Brasil, 2005), além da disponibilização de projetos sociais voltados para essa população por meio de cursos preparatórios, que este acesso pôde ser facilitado (Garcia, 2020, p.1). Apesar dessas

conquistas, Dias, conforme citado por Silva e Vaz (2020, p.4), , constatou por meio de uma pesquisa realizada em 2016 que 82% da população trans não conseguia concluir o ensino básico no Brasil.

Juntamente desse dado, Bento (*apud* Silva, Vaz, 2020, p. 4), explica que não se pode falar em “evasão escolar” da pessoa trans, mas sim em expulsão, uma vez que as instituições educacionais muitas vezes promovem situações que resultam na saída forçada dos alunos. Silva e Vaz (2020) ainda expressam que o conservadorismo que se opõe à discussões de gênero e sexualidade no ambiente escolar, contribui para o silenciamento e exclusão da população LGBTQIA+ do cenário educacional, propiciando, portanto, situações desrespeitosas e constrangedoras que resultam em sua expulsão.

Diversas dificuldades e violências como estas também ocorrem no meio universitário, em especial para pessoas trans (Garcia, 2020, p.1). A dificuldade no uso de banheiros, tratamentos inadequados por parte de docentes e funcionários, e processos que não utilizam o nome social em sua procedência são alguns dos relatos da pesquisa de Garcia.

Como mencionado anteriormente, desde 2014 os avanços relacionados a políticas educacionais e de reconhecimento da população trans e LGBTQIA+ tem sofrido ataques que resultaram em retrocessos na conquista de direitos, sendo esses retrocessos potencializadores da vulnerabilização das pessoas trans frente situações de violências e opressões, em especial no ambiente universitário e de trabalho. Em momentos em que a vulnerabilidade e marginalização da população transgênera é exacerbada, a importância do seu acesso e permanência em universidades também é exaltada, visto que o campo da educação e do trabalho ainda apresentam barreiras para a inclusão de pessoas trans (Garcia, 2020, p. 5).

O desejo de acesso à universidade pela a população trans se dá em múltiplas frentes, em especial o desejo dessas pessoas em poderem participar de espaços acadêmicos e serem aceitas, respeitadas e consideradas iguais, desejo este que através da universidade se estende também para o trabalho formal. Como a universidade é um dos poucos caminhos para que a população como um todo alcance a inserção no mercado formal de trabalho, e possivelmente a ascensão social, a falha

no acolhimento e oferecimento de condições de permanência às pessoas trans não apenas atua como mais uma violência, mas muitas vezes um real impedimento de ascender socialmente e viver uma vida digna (Garcia, 2020, p.9).

1.4. Justificativa

Através da contemplação dos dados obtidos, resta o questionamento acerca da percepção que pessoas trans que compõem o ambiente universitário possuem para com suas experiências de vida e o cumprimento de seus direitos. Assim como demais direitos citados anteriormente, o direito fundamental à educação não alcança em totalidade a maioria da população trans, que por sua vez sequer tem possibilidade de terminar o ensino básico em um número alto de casos.

Dito isso, para as pessoas trans que conseguiram ingressar no ensino superior formal, qual sua visão de mundo? Como se dá sua experiência no ambiente universitário? Como a Psicologia pode atuar para que a população trans tenha mais acesso a seus direitos? Essas dentre outras são perguntas que o pesquisador buscou responder por meio desta pesquisa, a fim de produzir material para pesquisas futuras que abarquem mais conteúdo unindo a Psicologia e as pessoas trans, visando assim alcançar um futuro que repudie a patologização das expressões de gênero e sexualidade.

2. Objetivo

O objetivo desta pesquisa se encontra, principalmente, em conhecer as vivências de pessoas trans no ambiente universitário da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, de modo que seja possível identificar os elementos positivos e negativos que atravessam a vivência de pessoas trans na universidade, verificar como esses elementos impactam na entrada e permanência na universidade, analisar como a universidade prepara pessoas trans para o mercado de trabalho, e verificar de que maneira os psicólogos podem atuar de modo que mais pessoas trans tenham acesso à educação superior e ao mercado de trabalho.

3. Metodologia Proposta

Foi feita uma pesquisa qualitativa com estudantes trans da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A proposta original era de que participassem da pesquisa até 6 estudantes da universidade, em local a ser combinado entre as pessoas envolvidas, para realizar entrevistas semidirigidas que abordariam as vivências de pessoas trans no contexto da universidade. Para que fosse possível fazer uma análise concisa dos dados e ao mesmo tempo garantir um espaço mais acolhedor aos entrevistados, a entrevista seria gravada, e não anotada, com o seu consentimento. A busca por entrevistados foi feita na própria Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no campus Monte Alegre, e se deu através de contatos obtidos ao longo da vivência do pesquisador na universidade. As entrevistas foram feitas de maneira online pela plataforma *Whatsapp*, e foram semidirigidas. De acordo com Fontanella et al.(2006), a entrevista semidirigida funciona como um roteiro para o encontro com o participante, em que através de uma primeira pergunta disparadora e algumas questões-tópicos, encoraja-se o dinamismo da entrevista. Ela não é guiada pelo desejo exclusivo do entrevistador ou do entrevistado, portanto, não tem o todo da entrevista e/ou as respostas predeterminadas. Posto isso, o pesquisador utilizou de um roteiro de entrevista com uma pergunta disparadora e tópicos norteadores, localizado no apêndice 2. As observações foram feitas com base nas experiências trazidas e as informações foram registradas digitalmente. O procedimento de obtenção dessas informações ocorreu individualmente, e de acordo com a disponibilidade da participante.

Sabemos que toda pesquisa com seres-humanos possui riscos, somado a isso, o fato de os sujeitos de pesquisa e pesquisadores estarem vinculados a mesma instituição, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, trouxe a necessidade de previsão de possíveis desconfortos tanto na realização da entrevista quanto no tratamento dos dados. Por esse motivo, a fim de prezar pelos cuidados éticos, foi formulado um termo de consentimento livre e esclarecido por parte dos participantes, e as informações coletadas foram utilizadas no trabalho sem nomes reais, de modo a prezar pelo sigilo, ou seja, qualquer informação que tornasse possível identificar os sujeitos foi eliminada ou alterada na divulgação dos resultados, e a fim de evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que pudessem causar danos relativos à

participação na pesquisa, o pesquisador garantirá o sigilo de informações que permitam a identificação dos participantes, durante e após a realização da pesquisa e nas possíveis publicações resultantes dessa, providenciando assim devido tratamento dos dados coletados. Essa pesquisa foi aprovada pelo Parecer de número 6.543.942 do Comitê de Ética da PUC (CEP), localizado no Anexo 1, tornando possível sua continuidade.

Os critérios de inclusão adotados foram alunos(as/es) que se reconheçam como trans e estejam matriculados regularmente como estudantes de graduação ou pós-graduação em cursos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Os critérios de exclusão adotados foram alunos(as) cisgêneros da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e alunos(as/es) que se reconheçam como trans e estejam matriculados regularmente como estudantes de graduação no curso de Psicologia, ou que tenham relações familiares com professores do curso de Psicologia.

3.1 Metodologia de Análise de Dados

A análise de dados se deu de forma qualitativa. De acordo com Minayo (2012), a análise de dados qualitativa ocorre em dez passos:

Primeiro: Conhecer os termos estruturantes das pesquisas qualitativas. [...] Segundo - Definir o objeto sob a forma de uma pergunta ou de uma sentença problematizadora e teorizá-lo. [...] Terceiro - Delinear as estratégias de campo. [...] Quarto - Dirigir-se informalmente ao cenário de pesquisa, buscando observar os processos que nele ocorrem. [...] Quinto - Ir a campo munido de teoria e hipóteses, mas aberto para questioná-las. [...] Sexto - Ordenar e organizar o material secundário e o material empírico e impregnar-se das informações e observações de campo. [...] Sétimo - Construir a tipificação do material recolhido no campo e fazer a transição entre a empiria e a elaboração teórica. [...] Oitavo - Exercitar a interpretação de segunda ordem. [...] Nono - Produzir um texto ao mesmo tempo fiel aos achados do campo, contextualizado e acessível. [...] Décimo - Assegurar os critérios de fidedignidade e de validade. (Minayo, 2012, p. 2-5)

Com esse entendimento, a partir das falas coletadas, buscou-se elementos das vivências universitárias de modo a compor um relato que possa ser comparado à teoria e revisão bibliográfica feita pelo pesquisador.

4. Apresentação e Discussão dos Resultados

Como dito acima, a expectativa inicial era de serem entrevistadas até seis pessoas, que seriam localizadas por indicações dentro da universidade. No entanto,

esta foi frustrada pela dificuldade em serem encontradas pessoas elegíveis para darem a entrevista, apesar dos esforços de todos os envolvidos, e ao final somente uma pessoa foi efetivamente entrevistada. Ao invés de considerar um impedimento para a realização da pesquisa, isso foi entendido como um dado importante a ser considerado. Assim, optou-se por explorar os dados trazidos na entrevista feita, assim como as dificuldades encontradas ao longo da pesquisa, pois estas poderiam trazer consigo insights diferentes daqueles pensados anteriormente. A apresentação dos resultados, então, terá início com uma síntese de como se deu a busca por sujeitos e sobre as dificuldades encontradas.

4.1. Em Busca das Pessoas Trans dos Cursos da PUC-SP

Por meio de contatos feitos ao longo do curso, buscou-se encontrar pessoas trans que estivessem matriculadas em cursos de graduação na PUC-SP e disponíveis para fazer parte da pesquisa. A primeira busca se deu com ajuda da orientadora deste trabalho, que apresentou um aluno trans do curso de Psicologia que se disponibilizou a auxiliar no contato com outros estudantes trans da universidade. É importante ressaltar também que o contato com esse aluno se deu de forma prolongada, uma vez que ele demonstrou interesse na pesquisa e quis ler tudo que tinha sido feito e pesquisado até então, a fim de oferecer críticas e entender a posição do pesquisador sobre o tema. A partir deste contato, houve a conexão com um coletivo LGBTQIA+ da PUC-SP, e conseqüentemente o convite para membros do coletivo a respeito da pesquisa. Ao fazer contato com o coletivo, foi recebida a informação de que havia pessoas interessadas, mas, destas, somente uma pessoa chegou a fazer contato com o pesquisador e propiciou a entrevista que foi utilizada nesta pesquisa.

A partir disso, buscou-se também por conhecidos da pessoa entrevistada e do aluno trans já referido, além de pessoas conhecidas pelo pesquisador, em especial colegas do Curso de Psicologia e integrantes do Núcleo de Gênero do 5º ano, mas não se encontrou mais nenhuma pessoa que pudesse participar da pesquisa. Vale ressaltar que as decisões tomadas na elaboração do projeto em relação aos sujeitos, tais como “não pode estar cursando Psicologia” e “a busca de participantes será feita sem atuação direta da PUC”, que foram definidas por cuidados éticos e restrições

institucionais, também foram fatores que contribuíram para a restrição de pessoas que estariam potencialmente disponíveis para participar da pesquisa, uma vez que havia estudantes trans do Curso de Psicologia os quais, ao saberem da pesquisa, mostraram-se interessados. Isso levanta a pergunta: onde estão as pessoas trans dos cursos da PUC-SP?

4.2. A Entrevista

Com a finalidade de preservar o sigilo da pessoa entrevistada, esta será referida como Joana (nome fictício). Como mencionado anteriormente, o método utilizado para obtenção de dados foi o da entrevista semidirigida, portanto, com base nos objetivos estabelecidos para a pesquisa, o pesquisador formulou tópicos norteadores a serem respondidos durante a entrevista para além das informações que fossem trazidas naturalmente no relato da entrevistada. Com isso posto, a entrevista se deu de forma que os objetivos da pesquisa foram amplamente explorados, o que poderá ser observado na análise do relato.

O uso da entrevista semidirigida propiciou não somente respostas complexas frente aos objetivos postos pelo pesquisador, mas também um maior escopo de informações que puderam relatar as vivências de uma pessoa trans na universidade. A possibilidade de contato com a entrevistada, para além de um questionário a ser preenchido, trouxe de imediato o relato que deu origem ao título da pesquisa, e consequentemente estabeleceu a base com a qual todas as outras informações foram analisadas:

A primeira coisa que eu gostaria de dizer é que é uma experiência solitária, porque você vai encontrar poucas pessoas trans. Mesmo rodeada de pessoas que gostam de você, elas sempre têm uma outra perspectiva [...], mas isso é parte da vivência trans no mundo, sabe? É do sistema, é estrutural, então na PUC não vai ser diferente. [...] E aí vai do equilíbrio que você tem que ter no meio de tudo isso, até pra lembrar quem você é, não se sentir anulada. (Joana, 2024)

Em um primeiro momento, o que se observa no relato de Joana é um profundo sentimento de solidão que atravessa as barreiras institucionais da universidade e se expande de modo a compor sua existência como indivíduo, ou seja, não se trata

somente de estar sozinha na PUC, mas também sozinha no mundo. De acordo com Ramos e Taquette (2022) em seu artigo sobre fatores associados à qualidade de vida de pessoas trans, em relação à população geral, pessoas transgêneros apresentam maiores níveis de solidão, assim como piores níveis de saúde mental, logo, para pensar no papel do psicólogo para com elas, é necessário explorar essa dimensão de sofrimento. Ter aparecido como sujeito único desta pesquisa é um dado que coloca em evidência a solidão trazida por Joana, que mesmo rodeada de outros estudantes se vê invisibilizada justamente por ter uma perspectiva de vida e identidade diretamente oposta à cis heteronormativa. Afinal, o que difere a solidão da pessoa trans da solidão experienciada por uma pessoa cis?

Em sua tese, Teixeira apresenta o conceito de que relações de amizade no processo de aprendizagem na educação do Ensino Superior são muito importantes na formação profissional de um indivíduo na sua totalidade, podendo influenciar de modo a resultar na má formação profissional do estudante e conseqüente na decadência no ensino, ou, de maneira positiva, na contribuição à boa formação profissional (Teixeira, 2013). A universidade como último bloco da educação formal ocupa a posição de ser o último local onde um indivíduo irá formar relações com pares de idades semelhantes em um ambiente educacional, e através dessas explorar as possibilidades de existência que atravessam a vivência universitária. No caso de Joana, encontrar-se com um número ínfimo de pares que podem minimamente compartilhar da sua vivência, e uma maioria que, apesar de acolher, não pode entender sua existência completamente, estabelece o precedente para que a formação de vínculo seja sistematicamente mais lenta e árdua. Ser uma pessoa trans também pode influenciar na possibilidade de se relacionar com professores e outras fontes de conhecimento, portanto, a experiência de solidão nesse último grande momento da formação de relações antes da entrada no mundo do trabalho pode resultar, além do declínio da saúde mental, em uma perda no processo educacional do indivíduo e conseqüentemente no mal preparo profissional.

Se fazer presente na universidade, portanto, é algo que Joana exerce de diversas formas desde sua entrada na graduação, atuando em coletivos, e buscando sempre movimentar mais pessoas a integrarem e atuarem nestes. De acordo com ela, seu primeiro contato com o um coletivo na PUC-SP foi o de “pegar o coletivo das

cinzas”, o que foi um ponto negativo em sua experiência, ou seja, o fato do coletivo não estar funcionando como deveria, após o período da pandemia de Covid-19. Hoje, seu foco se dirige à um outro coletivo, posto que nele possui mais pessoas que a ajudam em sua manutenção, contudo, é importante ressaltar que, de acordo com o relato de Joana, os coletivos da PUC com pautas LGBTQIA +, se encontram com pouquíssimo engajamento, o que torna mais difícil o contato entre pessoas da comunidade e consequentemente o estabelecimento de relações.

Apesar disso, para além da atuação estudantil nos coletivos, os relacionamentos interpessoais na universidade foram uma questão colocada por Joana como algo que gostaria que fosse diferente. Quando questionada sobre experiências que ainda não teve, e sobre a possibilidade de mudança em sua vivência universitária, Joana respondeu que ainda não se relacionou amorosamente com uma pessoa de maneira recíproca, e que mudaria “o jeito das pessoas se relacionarem que é muito distante”. Mesmo quando Joana descreve momentos em que é acolhida em sua vivência, sua imediata colocação é alegar que existe uma dualidade nas relações:

Mesmo acolhendo, eu sei que no profundo deve ter alguma coisa que não é tão correto sobre, sabe? E as pessoas também podem ter suas ideias erradas sobre e não entenderem, mas também estavam de braços abertos, muitas pessoas. Tipo, acho que tem essa dualidade, sabe? Ao mesmo tempo que tem pessoas que são abertas, tem muitos héteros que são mente fechada sabe? (Joana, 2024)

A dualidade, que é um elemento imposto na existência trans através do binarismo de gênero, configura-se também na maneira como essa existência será compreendida e consequentemente na relação que se estabelecerá, ou não, com ela. O resultado disso acaba sendo o preconceito na maioria das vezes. Essa pontuação feita por Joana é um fator que também atravessa sua vivência universitária como pessoa trans, visto que em seu relato diversas situações desconfortáveis vieram à tona com o decorrer da entrevista. Nesse momento, é importante diferenciar os dois moldes principais que essas situações foram expressas: situações de preconceito por parte de outros estudantes, e situações de não respeito ao nome social envolvendo membros da universidade e/ou questões institucionais. No primeiro caso, Joana trouxe o exemplo de uma situação em que foi abordada por um colega de seu curso que, apesar de ter conhecimento de seu nome social e pronomes, referiu-se a Joana como homem:

[...] a gente tinha convidado ele, e aí ele me cumprimentou assim, “E aí cara?”, me deu um aperto de mão “bem homem”, meninas se cumprimentam com beijo, sabe? [...] e ele sabia que eu era guria [...], não gostei assim, eu não fiquei legal. (Joana, 2024)

Apesar da PUC-SP apresentar uma cultura institucional progressista, marcada pela sua história como opositora à Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), isso não exige-a de ter docentes e discentes que se posicionem de formas distintas, ou que não detenham o conhecimento sobre determinadas questões políticas e seus atravessamentos político-sociais. No curso de graduação de Psicologia, alunos de diferentes origens e histórias de vida entram em contato com o vetor político da universidade em diversas situações, em especial nas disciplinas de Psicologia Social e eletivas temáticas como “Gênero e Raça: Processos de Subjetivação”, ambas cursadas pelo pesquisador, no entanto, como isso é trabalhado em outros cursos?

Joana coloca que seu curso detém “um pensamento que é alinhado com o seu” a respeito da luta de classes, de movimento da classe trabalhadora, e de direitos, e mesmo assim passou por uma situação de preconceito por parte de pares, logo, é necessário que a exploração da temática de gênero na universidade seja mais aprofundada, de modo que possa-se ampliar o bem-estar de pessoas que não se identifiquem com a cis heteronormatividade. Para tal, o contato com coletivos e pessoas trans é fundamental para tomar conhecimento tanto dos elementos negativos que precisam ser corrigidos, como das ações que já funcionam e trazem benefícios, ou seja, o diálogo e a exposição dos fatos da realidade vivida por essa população marginalizada são fundamentais para compreender a urgência de suas demandas. Nessa linha, o segundo caso trazido por Joana sobre situações problemáticas que passou em sua experiência universitária diz respeito a problemas burocráticos institucionais sofridos em volta do uso do nome social. Joana contou que:

E no setor de estágios que tava o meu novo civil ao invés do meu nome social, aí saía meu nome civil nos documentos, aí fui entregar meus documentos no estágio, quase não aceitaram porque tinham dois nomes? E aí eu quase não fui, mas consegui entregar os documentos, aí tipo, depois fui lá no setor de estágio e falaram “Ah, tá errado aqui”, tipo, ninguém percebeu antes? E a moça me chamando de “João” (nome fictício) porque ela não tinha percebido que eu era trans. Aí eu cheguei e falei, bom, meu nome está como João então, vou pedir o contrato de João né? Aí estava como Joana, o cara tinha separado como Joana e não achavam o meu contrato, aí eu falei “Ah não, tá como Joana então”, e ela falou “Ah, quando você for pedir o contrato, fala seu nome social mesmo”. E aí, tipo, é zoeira com a minha cara né porque tava o tempo todo o meu nome de registro civil, ela me chamando de João, ela pede pra eu falar o nome social,

não faz nem sentido. Aí o cara falou pra eu abrir um requerimento para mudar o nome, nem sei se abriu, e aí é isso. E no Teams o meu nome estava com o nome morto também, e eu tive que pedir pra mudar, sabe? (Joana, 2024)

Para denotar a problemática da situação, é importante explicar a importância do uso do nome social para pessoas trans. De acordo com Gagliano e Pamplona Filho, por lei, o nome de uma pessoa natural é imutável, sendo o sinal exterior mais evidente de sua individualidade. É por meio dele que se torna possível identificá-la, tanto no contexto familiar como no meio social (Gagliano; Pamplona Filho, 2018, p. 173 *apud* Santos; Ramos; Silva, 2020, p. 14-15). Contudo, admite-se, em casos excepcionais, que ele seja alterado, desde que a justificativa para a mudança seja comprovadamente relevante. Dito isso, em termos legais, o Brasil dispõe de normas que garantem às pessoas trans o direito ao nome social, dentre eles Binotto et al. (2024) destacam o Decreto nº8.727/2016, que expressa a importância do nome social como a forma na qual a pessoa trans se identifica e é socialmente reconhecida, a Portaria nº1.820/2009, que dispõe sobre direitos e deveres dos usuários da saúde, incluindo o direito ao uso do nome social, e o Decreto nº10.977/2022, que estabeleceu regulações a respeito da emissão de carteiras de identidade com a possibilidade de inclusão do nome social, sem exigência de documentação comprobatória. Não obstante, Binotto et al. defendem que:

No processo de reconhecimento da identidade trans, o nome pode ser um fator desencadeador de sofrimento. Dessa forma, o nome social e a possibilidade de retificação se configuram como ferramentas auxiliares para esse enfrentamento. [...] O reconhecimento do nome legítimo, além de contribuir para a autoestima do sujeito autodeclarado transgênero, colabora para o empoderamento na busca e ocupação de espaços sociais nos quais antes sofriam algum tipo de represálias e não se sentiam bem-vindos. A possibilidade de ruptura dos padrões de preconceitos e discriminações que vigoram em torno do nome escolhido, apesar de frequentemente não ser aceito pela sociedade, viabiliza o autocuidado e bem-estar do indivíduo pelo respeito e reconhecimento do novo nome. (Binotto et al., 2024, p. 2)

Conclui-se, portanto, que o uso do nome social nos espaços, inclusive o da universidade, é essencial para a vivência da identidade e garantia dos direitos da pessoa trans. Logo, a experiência de Joana não pode ser diminuída como “apenas um erro”, mas sim algo a ser trabalhado para que situações semelhantes não aconteçam no futuro, permitindo assim que Joana e as demais pessoas trans da PUC-SP não vejam suas propostas de estágio, ou demais momentos que envolvem burocracia,

como algo aversivo. Com isso posto, é importante ressaltar que durante a produção dessa pesquisa, no dia 22 de abril de 2024, entrou em vigor o “Ato Conjunto da Reitora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e dos Secretários Executivos da Fundação São Paulo - FUNDASP N°01/2024” (Fundasp, 2024), assegurando o reconhecimento e a adoção do nome social na PUC-SP no que se refere à listas de chamadas, comunicações internas, cadastro de dados, formulários, divulgação de notas, resultados de editais, endereço de correio eletrônico e nome de usuário em sistemas de informática, dentre outros (PUC-SP, 2024, p.1-2), demarcando assim o interesse da universidade em proporcionar soluções para os problemas mencionados anteriormente.

4.3. A Vivência Universitária

Posto que a PUC-SP apresenta interesse em contemplar a população trans no que se refere à bem estar, saúde mental e garantia de direitos, é importante que outras falas de Joana sejam explicitadas, uma vez que atravessam a sua vivência universitária. Para além do contexto da solidão já abordado anteriormente, Joana aborda a dualidade presente em elementos positivos e negativos que observa em seu cotidiano, destacando, por exemplo, que apesar de considerar suas professoras acolhedoras, para elas é difícil entender fundamentalmente sua existência como pessoa trans. A relação aluna-professora, portanto, passa a ocupar um lugar onde há falta de contornos bem estabelecidos, uma vez que para ambas a visão sobre o outro é permeada por essa questão.

Posto isso, Joana também comenta que não se sente preparada como profissional, e que desde o começo de sua graduação sente falta de um maior contato com a realidade e a prática, elevando sua atual experiência de estágio como sendo um momento decisivo para sua formação, visto que até agora ficava-se apenas na parte teórica. Segundo ela:

Os professores não dão um relatório, uma política pública, um cadastro único, um nada sobre o que acontece na prática, sabe? Tudo na teoria, tipo, não prepara muito para o mercado de trabalho, sabe? [...] (Falta) Falar essa é a realidade, agora vamos pensar o que fazer com essa realidade, aqui na faculdade, não fora, depois, porque elas querem preparar teoricamente para aí a gente conseguir lidar com a realidade. Mas não dá para lidar com a realidade

pensando só na teoria, tem que mesclar os dois, e elas não fazem isso, ficam só na teoria (Joana, 2024).

Observa-se no relato de Joana sua frustração frente a falta de contato com a realidade em seu curso, o que não pode ser tomado apenas como uma reclamação. Com o decorrer da entrevista, Joana trouxe elementos de sua vivência que levaram-na até a escolha de seu curso, destacando dentre eles a rotina de andar de pela rua e conversar com as pessoas que encontrava, e a vontade de trazer alívio e garantir o cumprimento de direitos dessas pessoas. Juntamente do fato de que a escolha de seu curso foi pautada em uma identificação com um pensamento de movimento da classe trabalhadora, é evidente que a falta de materialidade incomodaria Joana, logo, é importante pensar em como é possível explorar esse ponto nos cursos da PUC-SP de modo que contemplem a potência de seus discentes. Explorar a materialidade é fundamental para que a mobilização estudantil se fortaleça novamente, e menos pessoas se sintam isoladas na universidade.

Ademais, outros pontos positivos e negativos da experiência universitária de Joana foram abordados na entrevista. Ao comentar sobre a experiências conflitantes observados em sua vivência, ela coloca que:

[...] os positivos e negativos são meio que opostos, se conflitam. Positivo, é uma vivência acolhedora, negativo não é tão acolhedora assim. Positivo, tenho várias amigas, negativo, nem todas são verdadeiras. [...] Aí, deixa eu pensar, positivo, tem banheiro unissex, negativo, tem dois no meu andar. Dois, duas cabines, tipo, dois espaçozinhos que compõe o banheiro. Tipo, não dá pra várias pessoas usarem, não é um banheiro unissex assim, é tipo só duas cabinezinhas [...] E teve isso também na vivência assim, tipo, ponto positivo, tinha um coletivo, ponto negativo, ele não tava funcionando (Joana, 2024).

A vivência que apesar de acolhedora, não consegue contemplar sua existência, as amigas que, apesar de serem presentes, em muitos casos não se desenvolvem para algo mais profundo, e o uso de banheiros, que como já abordado por Garcia (2020), comumente se apresenta como uma dificuldade para pessoas trans independente do espaço. Todas essas questões, com suas devidas especificidades, inevitavelmente se encontram no fato de Joana ser uma pessoa trans, e a maneira como isso é visto externamente. Segundo ela, essa situação se apresenta como sendo sistemática, estrutural, e que, portanto, na PUC-SP não seria diferente, contudo é preciso que se estabeleça discussões que explorem o porquê da PUC-SP “não poder ser diferente”.

Um ponto que difere o caso de Joana de demais universidades é a questão de, por exemplo, existirem banheiros unissex na universidade, no entanto, de acordo com seu relato, esses banheiros não exercem seu papel social de serem banheiros para todos, relegando esse pequeno espaço de duas cabines às pessoas trans. Logo, por mais que a existência dos banheiros unissex seja um avanço frente a outros espaços, é preciso que sua função social seja claramente expressa e reforçada, que o espaço possa acomodar uma variedade de pessoas, e que os estudantes se sintam confortáveis de utilizar esse espaço.

Para além dos banheiros, o espaço conhecido como PUC-SP também precisa acomodar as diversas formas de expressão que se opõe à cis heteronormatividade. Também é preciso expressar claramente e reforçar, por meio de palavras e ações, que a universidade não só tem “portas abertas”, mas que ao adentrar por essas portas as pessoas trans serão realmente vistas e contempladas. Serão acolhidas por pessoas que, mesmo não partilhando das mesmas experiências, terão o conhecimento necessário para humanizar o contato, podendo assim alcançá-las. Serão vistas como as estudantes que são, terão seus direitos garantidos, e seu bem-estar cogitado.

4.4. O Papel do Psicólogo

Durante a entrevista, Joana estabeleceu a presença de três figuras importantes para sua entrada e permanência na universidade, sendo elas seus pais, uma terapeuta ocupacional, e uma psicoterapeuta. Através da aceitação dos pais frente a identidade de gênero de Joana, os mesmos incentivaram-na a buscar um curso superior de interesse, o que a levou a começar a fazer terapia ocupacional e conseqüentemente, a partir das conversas com a terapeuta, a escolher um curso de graduação que fizesse sentido para ela. Após esse primeiro momento, Joana ainda afirmou que buscou a psicoterapia, e que o contato com um profissional da psicologia como um canal de discussão sobre as questões pessoais e da universidade a ajudou a permanecer cursando a graduação.

A partir desse relato, observa-se que a figura de profissionais da saúde mental tiveram importância significativa para Joana, portanto, é necessário compreender os papéis que o psicólogo e demais profissionais da área podem e devem assumir quando

trabalhando com pessoas trans, de modo que possam ser contempladas. A atuação de um terapeuta ocupacional, por exemplo, foi fundamental no caso descrito, o que pode ser expandido para o trabalho terapêutico como fonte de informação profissional e possibilidade de futuro, visto que essa dimensão de desejo muitas vezes é anulada devido ao preconceito sistemático direcionado às pessoas trans, relegando-as à expulsão da educação e conseqüentemente do trabalho formal. Não obstante, é fundamental que para isso o profissional também atue de forma conjunta com outras áreas do conhecimento e políticas públicas para garantir o exercício pleno dos direitos, incluindo o direito à educação, quando estes não estiverem em cumprimento com a lei. Ademais, é fundamental que um profissional da saúde participe ativamente na luta pela igualdade de direitos e de possibilidades para a população LGBTQIA+ e outros grupos marginalizados, de modo a não restringir sua atuação apenas ao atendimento clínico, e se aproximar de pessoas vulnerabilizadas.

Pensando no psicólogo, um papel que pode ser assumido é de ser a figura que sustenta a formação de identidade da pessoa trans quando sua rede de apoio é fragilizada. Não apenas a psicoterapia pode ser útil para o autodescobrimento e manutenção dos afetos através da escuta ativa, mas pensando na puberdade como momento de contato com a própria identidade, o ambiente psicoterapêutico também pode ser o canal pelo qual o diálogo sobre gênero é feito com pais e/ou cuidadores em um espaço mais seguro para a pessoa trans. Quando possível, esse contato pode trazer diversos benefícios, em especial uma maior liberdade da expressão de gênero, e cuidado de uma forma geral. Ademais, mesmo quando esse tipo de contato não é possível, o ambiente psicoterapêutico serve como local onde um indivíduo pode se expressar abertamente e despir-se de sua persona, ou seja, um espaço em que é possível ser quem se é, e através disso trabalhar conteúdos de suas vivências que não são possíveis em outros espaços.

Baseado no relato de Joana, o fato de nenhum um psicólogo no contexto educacional ter sido mencionado é um ponto a ser explorado também. A figura do psicólogo é comumente atrelada ao ambiente clínico, no entanto a atuação de profissionais da Psicologia também se expande, dentro de suas especificidades, para outros âmbitos como no trabalho, na justiça, e na educação (Conselho Federal de

Psicologia, 1992). No âmbito educacional, o psicólogo atua de modo a contribuir para a melhoria da qualidade da educação em todos os níveis, e usando os saberes específicos da Psicologia conscientiza e orienta estudantes e professores sobre temáticas como “desenvolvimento, relações afetivas, prazeres e sofrimentos, comportamentos, ideias e sentimentos, motivação e interesse, aprendizagem, socialização, significados, sentidos e identificações” (CFP; CRP; CREPOP, 2013, p. 53). Como comunicadores de informação referentes a saúde mental e outros temas relevantes, a atuação do psicólogo sobre as dificuldades que surgem no processo de escolarização envolve alunos de modo a promover discussão sobre temáticas que atravessam o espaço escolar como sexualidade, questões de gênero, direitos humanos, preconceito e discriminação, entre outros essenciais de serem discutidas no meio educacional (CFP; CRP; CREPOP, 2013, p. 61). Dessa forma, psicólogos podem desempenhar um papel importante na adaptação e ajustamento, no estímulo às habilidades socioemocionais, e na promoção do bem-estar de estudantes de forma geral.

Dito isso, no momento que Joana não levanta nenhuma situação semelhante como as descritas, é importante questionar se essas atuações estão sendo feitas, e no caso de estarem, se essas atuações têm contemplado pessoas que fogem da dinâmica cis heteronormativa, pois, como mencionado anteriormente, muitas vezes são essas as pessoas que de fato precisam ser acolhidas. E apesar de tanto a terapia ocupacional quanto a psicoterapia, as quais Joana é paciente, ocorrem por fora da PUC-SP, é fundamental que a universidade, assim como demais ambientes educacionais, proporcionem espaços seguros em que seja possível a discussão de temas complexos, principalmente aqueles que se observam no espaço em si.

Conteúdos latentes como identidade, solidão, e o preconceito que Joana trouxe em seu relato compõem apenas alguns exemplos dentre os quais podem levar uma pessoa trans a buscar atendimento psicológico. Logo, é papel de todo profissional da área de Psicologia se preparar para abarcar nesses temas através de um ponto de vista conscientizado sobre a questão de gênero, para que enfim seja possível garantir a essas pessoas esse local de segurança onde sua existência não seja questionada.

5. Considerações Finais

O ato de viver como pessoa transgênero em uma sociedade categoricamente transfóbica que julga todos os temas ao redor das identidades de gênero desviantes do padrão cis heteronormativo como imorais e pecaminosas, constitui uma luta diária pelo direito mais básico do ser-humano, o da existência. Não obstante, a marginalização sofrida por essas pessoas compõe um cenário de luta pela garantia dos demais direitos, incluindo o direito à educação, foco desta pesquisa.

Tomar conhecimento de que menos de 20% da população trans no Brasil conclui anualmente o Ensino Básico (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), é um dado essencial que precisa de conscientização pública, de modo que isso possa ser trabalhado e revertido no acesso à direitos, assim como na importância de respeitar e validar as diversas identidades de gênero de modo a evitar sua marginalização. Ressalta-se também o papel primordial da educação nas escolas e outras instituições de ensino no combate ao preconceito e a discriminação de grupos LGBTQIA+, e consequentemente na promoção de saúde advinda da criação de espaços mais inclusivos e solidários para essas pessoas.

A partir desta pesquisa foi possível observar algumas das vivências que pessoas trans têm no ambiente universitário da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, levantando dados a respeito das dificuldades sofridas em âmbitos de socialização, identidade, e respeito dentro da universidade. Observou-se como questões sócio afetivas influenciam na experiência universitária, com destaque para a participação em coletivos, e como a permanência na universidade é trabalhada através das relações interpessoais construídas nela, assim como do apoio externo por parte de pais e/ou cuidadores e profissionais da Psicologia.

Pensando no contexto da PUC-SP em relação às pessoas trans, conclui-se que diversas questões precisam ser revistas de modo a diminuir as barreiras enfrentadas por elas. É preciso que o nome social seja priorizado em todas as relações que o estudante se encontra, em especial as burocráticas, de modo que não ocorram situações em que ocorra o uso do nome morto, ou outras expressões que não condizem com a identificação de gênero do indivíduo. Ato como o “FUNDASP Nº01/2024” mencionado anteriormente são passos observados nessa direção, contudo,

é preciso que se estabeleça um diálogo maior com estudantes trans para que demais problemáticas do cotidiano sejam contempladas.

Ademais, questões de acolhimento e relacionamentos interpessoais podem ser discutidas e exploradas com todos os discentes, o que ofereceria inclusive a possibilidade de entrar em contato com a área da Psicologia, visto que é também papel do psicólogo conscientizar e orientar alunos e professores sobre temas como esses. É preciso que o trabalho feito para e com as pessoas trans seja pautado na sua vivência, e que a compreensão da realidade vivida por elas é um fator determinante para o maior aproveitamento de seus cursos, de suas relações com alunos e professores, e da experiência universitária como um todo.

A presença do psicólogo como profissional da saúde capaz de entender e acolher pessoas trans se mostrou como sendo benéfica tanto para a entrada como para a permanência na universidade, apesar das dificuldades apresentadas. Reitera-se, portanto, a importância de um estudo aprofundado na teoria de gênero por parte de profissionais da Psicologia, assim como a produção de pesquisas futuras na área da Psicologia que explorem a identidade de gênero e saúde mental de pessoas trans sob um olhar despatologizante, de modo que contemplem a existência e a vivência dessas pessoas.

É preciso estabelecer que esta pesquisa possui limitações, uma vez que não pôde alcançar um maior número de pessoas trans, e conseqüentemente outras vivências e problemáticas que poderiam fornecer visões para além das exploradas pelo pesquisador. O contato tardio do autor com as pessoas trans da PUC-SP pode ser compreendido como um fator que impossibilitou a exploração de outras vivências, da mesma forma que observa-se um atraso da área da Psicologia como um todo através do baixo número de pesquisas científicas sobre pessoas trans abordando suas realidades. Logo, em futuras pesquisas sobre o tema, conclui-se que um maior contato e conhecimento destinado a compreender às pessoas trans, independente do espaço, será um fator auxiliador tanto na busca por participantes, quanto na troca de conhecimentos obtida com elas.

Ademais, novas pesquisas sobre o tema devem considerar o baixo número de pessoas trans que têm a possibilidade de ocupar o espaço da universidade para

explorar mais profundamente de que modo os profissionais da saúde, e demais áreas, podem auxiliar na sua conclusão do ensino básico e entrada no ensino superior. A partir dessas métricas, também deve ser explorado de que maneira pode-se preparar um estudante trans para o mercado profissional, e de que forma um psicólogo pode fazer parte desse processo de modo a promover o bem-estar e a saúde mental desses indivíduos.

O desfecho esperado para essa pesquisa foi de conhecer vivências de pessoas trans no ambiente universitário da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, de modo que suas experiências pudessem demonstrar de que forma são atravessadas pela universidade, positiva e negativamente, e com isso produzir um material para que integre a questão de gênero à Psicologia para auxiliar às pessoas trans. Espera-se que com essa pesquisa o número de pesquisas científicas que integram esses pontos sob um viés despatologizante aumente, ou seja, componha de maneira qualificada a um espaço que precisa ser ocupado pelos profissionais da saúde do século XXI.

A solidão experienciada por pessoas trans é uma realidade diária, portanto, é papel do psicólogo alcançar essas pessoas e realizar um trabalho conjunto com elas para que sua identidade possa ser expressa, suas possibilidades de futuro sejam ampliadas, e que seu direito à existência seja garantido, mesmo que em primeiro momento apenas dentro do setting terapêutico. Só combate-se a solidão quando uma primeira pessoa está disposta a estender a mão ao próximo.

Referências Bibliográficas:

ALEGRIA, P.; BIANCONI, G.; BULGARELLI, L.; FAHEL, M.; FERRARI, M.; FONTGALAND, A.; MARTINS, F.B.; DA SILVA, VR. Violência contra Igbs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral. **Gênero e Número**, v. 1, 2019. Disponível em: http://violencialgbt.com.br/dados/190321_relatorio_LGBT_V1.pdf Acesso em 23 jun. 2023.

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. In: BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília: Distrito Drag, ITBE 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023

BEZERRA, A.; VOGT, R. Luto não legitimado de pessoas transexuais no processo de adequação de gênero. **Research, Society and Development**. [S. l.], v.12. n.13, e36121344210, 2023. DOI:10.33448/rsd-v12i13.44210. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/376067600_Luto_nao_legitimado_de_pessoas_transexuais_no_processo_de_adequacao_de_genero. Acesso em 19 mai. 2024.

BEZERRA, C. dos S.; FERRARI, A.; DE CASTRO, R. P. Tensões e enfrentamentos na campanha 'libera meu xixi' e a presença de pessoas trans na universidade. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 21–45, 2021. DOI: 10.14295/de.v8i2.12049. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/12049> Acesso em: 28 abr. 2023.

BINOTTO, F. S. et al.. Construção do nome social de pessoas trans e aspectos relacionados em um município de porte médio do Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 2, p. e02682023, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/z3j3FhjjZ4LscMHChCQBvDL/#>. Acesso em: 18 mai. 2024.

BRASIL. DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal. Diário Oficial da União - Seção 1, p. 1 (Publicação Original), Brasília, DF, 29/4/2016.

BRASIL. MEC. Projeto de Lei nº 3.582 – 28 mar. 2004. Dispõe sobre a instituição do Programa Universidade para Todos – PROUNI, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Brasília, 2024.

CAVALCANTE RODRIGUES, J. W.; SILVA NOGUEIRA BARBOSA, B. R.; VIEIRA DA SIVA, L. O combate a transfobia na agenda de políticas públicas de segurança no Brasil: cenário atual e desafios. **REI - REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 1060–1080, 2021. DOI: 10.21783/rei.v7i3.490. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/490> Acesso em: 26 abr. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Discriminação e violência contra a população LGBTQIA+ : relatório da pesquisa / Conselho Nacional de Justiça; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.** – Brasília: CNJ, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-pesquisa-discriminacao-e-violencia-contra-lgbtqia.pdf> Acesso em: 23 jun. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil.** Brasília, outubro de 1992. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf. Acesso em: 31 mai. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica.** Brasília, março de 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/04/Refer%C3%A2ncias-T%C3%A9cnicas-para-Atua%C3%A7%C3%A3o-de-Psicologas-os-na-educa%C3%A7%C3%A3o-b%C3%A1sica.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2024.

DRAZ, M. Realness as Resistance: Queer Feminism, Neoliberalism, and Early Trans Critiques of Butler. **Hypatia**, v. 37, n. 2, p. 364-383, 2022. DOI:10.1017/hyp.2022.3. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/hypatia/article/realness-as-resistance-queer-feminism-neoliberalism-and-early-trans-critiques-of-butler/3552DB67342DCAF62C7C040C41F88A73> Acesso em: 23 jun. 2023.

ESCOBAR, S.G., FUENTES, N. I. G. A. L., MEDINA, J. L. V. Significado psicológico de sexo, sexualidad, hombre y mujer en estudiantes universitarios. **Enseñanza e Investigación en Psicología** [en línea], v. 21 n. 3, p. 274-281, 2016. ISSN: 0185-1594. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29248182007> Acesso em: 19 jun. 2023.

FARGONI, E. H. E.; ZACARIAS, M.; VICENTE, W. A.; SILVA JÚNIOR, J. dos R. Ciência e sociedade civil sob necropolíticas. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 15-33,

2021. DOI: 10.22481/reed.v2i3.8100. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/8100>. Acesso em: 23 jun. 2023.

FAVERO, S. R.; SOUZA, F. H. (Des)patologizar é (des)diagnosticar? Inquietações sobre as disputas por autonomia no campo político. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 11, p. 303–323, 2019. DOI: 10.9771/peri.v1i11.26914. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/26914>. Acesso em: 23 jun. 2023.

FEIJÓ, V. P. C.; GOMES, D. S. C. Violação dos direitos humanos via discriminação: um panorama da violência pelo viés da interseccionalidade. **Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 277–292, 2018. DOI: 10.21680/1982-310X.2018v11n1ID15201. Disponível em: <https://periodicos.ufm.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/15201>. Acesso em: 23 jun. 2023.

FEITOSA, C. As diversas faces da homofobia: diagnóstico dos desafios da promoção de direitos humanos LGBT. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 300–320, 2016. DOI: 10.9771/peri.v1i5.17193. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17193>. Acesso em: 23 jun. 2023.

FIRMINO, F. H.; PORCHAT, P. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero” **Doxa: Rev. Bras. Psicol. Educ.**, Araraquara, v.19, n.1, p. 51-61, jan./jun. 2017. ISSN: 1413-2060 DOI: 10.30715/rbpe.v19.n1.2017.10819 Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/download/10819/7005/30063> Acesso em: 14 abr. 2023.

FONTANELLA, B. J. B.; CAMPOS, C. J. G.; TURATO, E. R.. Coleta de dados na pesquisa clínico-qualitativa: uso de entrevistas não-dirigidas de questões abertas por profissionais da saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 14, n. 5, p. 812–820, set. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/KhvFsGT6xf5yxKXTqQ5PkRN/?lang=pt#ModalTutors> Acesso em: 22 out. 2023

FUNDASP. **Ato Conjunto da Reitora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e dos Secretários Executivos da Fundação São Paulo - N°01**, 22 de abril. 2024.

GORISCH, P. C. V. S. **O Reconhecimento dos Direitos LGBT como Direitos Humanos**. 2013. Dissertação de Mestrado em Direito – Universidade Católica de Santos, Santos, 2013. Disponível em: <https://tede.unisantos.br/handle/tede/1564> Acesso em: 23 jun. 2023.

GREGORI, J. de; VACCARI, J. M.; NEPOMUCENO, M. A. Transfobia e necropolítica: encruzilhadas do contexto brasileiro contemporâneo. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v. 15, n. Especial, p. 739-754, 2022. DOI: 10.11606/extraprensa2022.195362. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/195362> Acesso em: 14 abr. 2023.

LACERDA CHAGAS BRITTO, F. .; BORGES VIEIRA DE CARVALHO, G. . Corpos que não importam: uma análise dos homicídios por transfobia no Brasil após as recomendações emitidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos de 2015 a 2020. **Interfaces Científicas - Direito**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 139–152, 2021. DOI: 10.17564/2316-381X.2021v8n3p139-152. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/direito/article/view/10446> Acesso em: 14 abr. 2023.

MALTA FLEURY, F. Estado, direito, transfobia e cissexismo no Brasil. **Revista Videre**, [S. l.], v. 13, n. 28, 2021. DOI: 10.30612/videre.v13i28.14916. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/14916> Acesso em: 28 abr. 2023.

MENDES, W.G, SILVA, C.M.F.P. Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: Uma Análise Espacial. **Cien Saude Colet** [periódico na internet] (2020/Jan). Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/homicidios-da-populacao-de-lesbicas-gays-bissexuais-travestis-transexuais-ou-transgeneros-lgbt-no-brasil-uma-analise-espacial/17498?id=17498> Acesso em: 26 abr. 2023.

MIGUEL, L. F. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira . **Cadernos Pagu**, n. 62, p. e216216, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CsFcz5vm5bLShxPN3LHDYkk/?lang=pt#> Acesso em: 23 jun. 2023.

MINAYO, M. C. DE S.. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621–626, mar. 2012 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/#> Acesso em: 15 mai. 2024.

MIRANDA, N. Não existe "coisa de menina": entenda mais sobre heteronormatividade com Rita Von Hunty e Fábio Manzoli. **Amaro Inspire**. São Paulo, 18 ago. 2021. Disponível em: <https://amaro.com/blogs/inspire/heteronormatividade>. Acesso em 28 abr. 2023.

SANTOS, A. F. P. R. dos; RAMOS, G. C. D. C.; SILVA, G. L. A. da. Adoção do nome social pela população transgênera: uma análise do processo histórico da conquista do direito à isonomia de gêneros. **JURIS - Revista da Faculdade de Direito**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 241–260, 2020. DOI: 10.14295/juris.v29i2.10972. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/juris/article/view/10972>. Acesso em: 18 maio. 2024.

SCOTE, . D.; GARCIA, . R. V. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior. **Perspectiva**, [S. l.], v. 38, n. 2, p. 1–25, 2020. DOI: 10.5007/2175-795X.2020.e65334. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e65334> Acesso em: 28 abr. 2023.

SENADO FEDERAL. **Direitos Humanos: atos internacionais e normas correlatas**. Coordenação de Edições Técnicas Senado Federal, Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes CEP: 70.165-900 – Brasília, DF. 2013-2014. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508144/000992124.pdf> Acesso em: 23 jun. 2023.

SILVA, F. C. DA .; SOUZA, E. M. F. DE .; BEZERRA, M. A.. (Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, p. e54397, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/dJXnfdnYrpSLPCxSZQHVFvNv/#>. Acesso em: 26 mai. 2024

SILVA, G. R. de A. da .; BARCELOS, T. F. .; AIELLO-VAISBERG, T. M. J. Lutando para Existir: Experiência Vivida e Sofrimento Social de Pessoas Transgêneras. **Revista Subjetividades**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. e12240, 2022. DOI: 10.5020/23590777.rs.v22i2.e12240. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/12240> Acesso em: 14 abr. 2023.

SILVA, K.; FERNANDEZ VAZ, A. Políticas de acesso e permanência para a população trans no ensino superior: comentários acerca de sua implementação. **Políticas Educativas – PoEd**, [S. l.], v. 13, n. 2, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PoEd/article/view/107363>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SIMAKAWA, V. V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>. Acesso em: 28 abr. 2023.

RAMOS, A. S. M. B.; TAQUETTE, S. R. Factors associated with the quality of life transgender people: an integrative review. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 13, p. e548111336038, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i13.36038. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/36038> Acesso em: 15 mai. 2024.

RODRIGUES, L.; CARNEIRO, N. S.; NOGUEIRA, C.. História das abordagens científicas, médicas e psicológicas sobre as transexualidades e suas aproximações críticas. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 2, p. e200768, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/v9FDNgLMXWDcmqncqyb6v7r/?lang=pt#> Acesso em: 23 jun. 2023.

TEIXEIRA, C. A. F. **A influência da amizade no contexto do ensino superior: um processo educativo necessário.** Monografia (Formação de Professor) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. São Paulo, p.51. 2013.

UMBRELLA-TERM. In: COLLINS, Free online dictionary, thesaurus and reference materials. Glasgow: HarperCollins, 2013. Disponível em: <https://www.collinsdictionary.com/submission/8855/Umbrella+term#:~:text=Term%20used%20to%20cover%20a.under%20a%20single%20common%20category>. Acesso em: 27/05/2024.

v., Viviane. Trans* Sexualidade: Reflexões sobre a mercantilização do sexo desde uma perspectiva transgênera. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 174–190, 2014. DOI: 10.9771/peri.v1i1.10154. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10154>. Acesso em: 23 jun. 2023.

Apêndice 1 - Manuscrito da Entrevista com Joana

Manuscrito da Entrevista com Joana

Momento pré-entrevista:

- Oi tudo bem?
- Olá, tudo bem? Muito prazer, acho que primeiro de tudo né, eu sou o Ferdinando, essa é a minha carinha fora do Whatsapp.
- Prazer Ferdinando.
- O prazer é todo meu, muito obrigado por estar participando, de verdade, você foi a primeira e única pessoa até agora que se interessou em fazer parte da minha pesquisa, então significa muito a sua ajuda, e estar aqui.
- Bom ajudar.
- Com certeza, obrigado mesmo.
- Espero que mais pessoas venham fazer a sua pesquisa.
- Eu espero também.
- *Problemas técnicos* -
- Oi.
- Oioi.
- Eu estava falando que a gente precisa de mais pesquisas sobre as pessoas trans.
- Ah sim, é um pouco esse o objetivo sinceramente assim. Por enquanto estou falando fora da entrevista em si, só uma coisa mais casual, só para eu explicar. Mas um pouco do objetivo é justamente, na base do que eu tenho de possibilidade, fazer algo para angariar mais pesquisas nesse campo, acho que principalmente na Psicologia é algo que falta muito ainda, acho que qualquer coisa que seja positiva, que integre as coisas ao invés de separar elas é muito produtivo e é um pouco esse o objetivo aqui. De novo na base do possível assim, então.

- *Problemas técnicos* -

- Está conseguindo me ouvir?
- Fala de novo.
- Está conseguindo me ouvir?
- Está travando, acho que é o meu Wifi.
- Fica tranquila. Fala agora.
- Oioi testando, testando.
- Vish, está tudo picotado.
- A ideia era ser uma chamada de vídeo, mas se estiver muito ruim podemos tentar fazer uma chamada de áudio só.
- Vou tentar te ligar de novo.
- Deixa eu te ligar?

- *Problemas técnicos* -

- Oioi.
- Oi.
- Está conseguindo me ouvir agora?
- To.
- Você acha que assim fica melhor ou quer tentar ir de vídeo?
Vamos tentar o vídeo.
- Beleza, deixa eu ligar o meu aqui.
- Vamos ver se vai, senão a gente volta.
- Perfeito, qualquer probleminha a gente volta pra lá, não tem o menor problema, mas está conseguindo me ouvir agora?
- To.
- Perfeito. Bom, para não tomar muito do seu tempo também porque eu sei que já está tarde, eu vou falar rapidinho só algumas coisas do termo de consentimento, que depois vou pedir pessoalmente que você assine.
- Tá.
- Basicamente a ideia é fazer uma pesquisa qualitativa para estudantes trans da PUC, no máximo vão participar seis pessoas, e a gente vai trabalhar num método de entrevista que tem um roteirinho mas ele é mais livre a partir de uma pergunta disparadora a gente vai conversando e não tem muito uma ordem para falarmos sobre temas também. Apesar de todo tipo de pesquisa com seres humanos ter riscos, a gente trabalha aqui da maneira que possamos reduzir eles ao mínimo, então primeiramente sigilo absoluto, tudo que a gente trabalhar aqui e que eu eventualmente for usar no meu TCC não vai ter seu nome, sua idade, sua cara, e todas as informações que eu for usar, idealmente eu vou comunicar com você antes para gente ver o que pode ser usado e o que não pode, mas também pensando que a sua participação aqui ela vai ajudar muito nessa pesquisa.
- Tá.

- Deixa eu ver o que mais aqui que vale a pena eu falar. Uma coisa que é importante eu falar é que essa entrevista vai ser gravada, mas com o final da coleta de informações ela vai ser deletada, só eu vou ter acesso a ela, justamente para manter o sigilo no melhor da minha capacidade. E é isso, qualquer dúvida que você tiver agora ou depois você pode entrar em contato tanto comigo tanto com a minha orientadora que é a Solange que depois posso te passar o email dela também. Aí depois, quando a gente se ver pessoalmente eu te entrego o termo consentimento, e aí você pode ler ele com mais propriedade, e vemos de você assinar.
- Tá.
- Prontinho, acho que a gente pode começar já.

Momento da entrevista:

- Deixa eu ver aqui, a pergunta disparadora. Tem duas, acho que vale a pena dizer isso, tem a que eu formulei com a minha orientadora, e tem a que um amigo meu trans meu sugeriu que eu começasse. Como eu não decidi efetivamente qual o melhor jeito, sinceramente, de começar, eu vou falar as duas para você que a aí a gente parte daí, tudo bem?
- Tá.
- Bom, o que eu formulei é basicamente: “Levando em conta o objetivo do trabalho de conhecer as vivências de pessoas trans no ambiente universitário, existe algum elemento da sua história como pessoa trans que eu deveria saber? Ou que você gostaria de contar?”, e o que meu amigo falou, que eu pessoalmente acho mais agradável: “O que você gostaria de contar sobre sua experiência como pessoa trans na universidade? Como é sua experiência particular como estudante trans na PUC?”.
- Melhor a segunda mesmo. Bom, deixa eu pensar aqui, a primeira coisa que eu gostaria de dizer é que é uma experiência solitária assim, porque você vai encontrar poucas pessoas trans. Mesmo rodeado de pessoas, que gostam de você e tals, elas sempre tem uma outra perspectiva, a que você tem você é quase a única pessoa lá que tem essa perspectiva, então, mas isso é parte da vivência trans no mundo, sabe? É do sistema assim, é estrutural, então na PUC não vai ser diferente. E ao mesmo tempo tiveram várias pessoas que não me discriminam, que me acolheram, que aceitaram que eu era trans e que tudo bem assim sabe, sou cis mas estou com você e tá tudo certo, então tem meio que os dois lados ao mesmo tempo.
- Entendi. E quando você diz que pessoas te acolheram talvez, você diz mais por parte de alunos, por parte de professores, como que é isso?
- Então, assim, que me acolheram, os professores também me acolheram, as professoras né, do “Curso” (nome genérico), mesmo que elas não soubessem as vezes me chamar de ela, ou não tivessem tanta noção elas estavam abertas para me receber, e a coordenadora super me ajudou quando eu entrei no curso,

porque eu tive alguns problemas, aí eu entrei depois e ela tipo bancou assim e eu entrei depois mesmo e aí eu corri atrás. Mas elas não entendiam muito bem.

- Uhum.
- Mesmo acolhendo, eu sei que no profundo deve ter alguma coisa que não é tão correto sobre, sabe? E as pessoas também podem ter suas ideias erradas sobre e não entenderem, mas também estavam de braços abertos, muitas pessoas. Tipo, acho que tem essa dualidade, sabe? Ao mesmo tempo que tem pessoas que são abertas, muitos héteros que são mente fechada sabe? E aí vai do equilíbrio que você tem que ter no meio de tudo isso, até pra lembrar quem você é, não se sentir anulada.
- Uhum.
- Acho que é isso.
- Quando você falou que você entrou no curso, qual curso você está cursando?
- “Curso”.
- Como foi pra você escolher esse curso?
- Então, eu tava numa época que eu andava muito na rua e eu gostava de conversar com as pessoas, e aí comecei a fazer terapia ocupacional e a minha terapeuta falou que essa coisa de eu querer ajudar as pessoas e conversar com elas , tá em contato, era muito parecido, tinha muito a ver com “Curso”. E aí eu fui conversar com algumas “profissionais” (nome genérico), gostei do curso, e aí entrei, e vi como por mais que as professoras não soubessem dar aula direito, eu entendi como esse curso tem um pensamento que é alinhado com o meu de classes, de movimento da classe trabalhadora, de direitos, que ressoa muito comigo assim, e agora estou estagiando e eu sinto que to mesmo ajudando. Não é ajudando né, é garantindo direitos, mas é aquela coisa, você é um ouvido amigo, você traz alívio para aquela pessoa.
- Sim, entendo, muito bacana sinceramente. Acho que fala bastante com Psicologia, “Curso”, são coisas que andam lado a lado né, legal. Interessante esse caminho.
- Eu gostei bastante, tô bem feliz.
- Que bom, fico feliz por você também. A parte do curso, como foi a escolha da PUC, teve alguma coisa a ver com essas questões de alinhamento para você, ou foi, não sei, me diga você.
- Eu só encontrei “Curso” na PUC, não tem na USP.
- É um bom ponto também.
- Aí eu falei, vai ser na PUC né?
- Entendi. É, eu acho que isso também, de certa forma, fala sobre o alinhamento da PUC, como ela pelo menos tem essa frente de ser mais inclusiva, mais acolhedora, então faz sentido. E uma coisa que você tinha falado, é que você teve alguns problemas antes de entrar na PUC, como que foi essa entrada na universidade pra você?

- Foi muito engraçado porque eu não tinha aparecido durante alguns meses, um ou dois meses, e as pessoas achavam que eu tava grávida, que eu tinha pegado Covid, e aí eu cheguei e todo mundo ficou “Ah, você é a Joana!” sabe? Então foi legal assim, até formou o grupo de amigas que eu estou mais próxima hoje. Foi se formando, começou com um monte de gente, e todo mundo foi saindo. E aí foi legal assim, eu simplesmente fui pra PUC assim.
- Entendi.
- E agora tô amiga de um monte de gente e tudo mais. “Amiga” né, porque não chega a tanto, mas conheço várias pessoas.
- Entendi. Ah, é bacana de qualquer forma.
- Sim.
- Também acho que, penso até como uma rede de apoio no curso, isso de muita gente sair do curso é muito comum, então amigos que você faz ao longo do caminho que ficam acho que elas ajudam a gente a sustentar, se manter no curso. Você está na sua primeira graduação também?
- Tô na minha segunda, mas a minha primeira eu não terminei, fiquei um semestre.
- Por curiosidade, o que você tinha pensado em cursar antes?
- “Curso 2” (nome genérico), sabe o que é?
- Se me perguntassem, eu ia dizer que não, então se por favor puder me explicar.
- (Explicação sobre o Curso 2).
- Entendi. Eu tinha pensado em algo nessas últimas duas, mas as outras fazem sentido mesmo. Deixa eu ver, o que mais... Você falou um pouco disso na hora que você tava começando a falar, mas se você pudesse falar um pouco mais sobre, quais elementos positivos e negativos atravessam sua vivência na universidade? De que forma eles impactam em você continuar aqui na PUC?
- Então, positivos, é que é uma vivência... É que os positivos e negativos são meio que opostos, se conflitam. Positivo, é uma vivência acolhedora, negativo não é tão acolhedora assim. Positivo, tenho várias amizades, negativo, nem todas são verdadeiras. Positivo, as professoras são bem legais, negativo, elas são velhas e não entendem as coisas no fundamento assim, porque é uma coisa muito nova. Aí, deixa eu pensar, positivo, tem banheiro unissex, negativo, tem dois no meu andar. Dois, duas cabines, tipo, dois espaçozinhos que compõe o banheiro. Tipo, não dá pra várias pessoas usarem, não é um banheiro unissex assim, é tipo só duas cabinezinhas. Não sei, acho que é isso.
- Tá ótimo, e você acha que essas coisas impactam em você ainda estudar aqui, ou você estuda apesar delas? Ou com elas, né, pensando nas coisas positivas.
- É, eu não me deixo abalar assim, porque é aquilo que eu falei eu sei que no mundo inteiro vai ser assim, então eu não posso deixar isso me parar, sabe? Então eu vou com elas, exatamente. Apesar delas, com elas, eu vou, e elas tão lá. Apenas.

- Esse é o espírito, eu acho. Ou senão, é o jeito também, às vezes é isso.
- Sim.
- Mas, eu fico feliz sinceramente...
- Ah, e tem uma coisa que eu tenho que mencionar.
- Por favor.
- Eu peguei o “Coletivo 1” (nome genérico), das cinzas assim, mas tô abandonando ele denovo porque eu to muito sem tempo para fazer as coisas. Agora eu tô estagiando, então acho que tô cortando ele da minha lista de prioridades, porque também ta muito difícil movimentar, mas tem o “Coletivo 2” (nome genérico), que lá eu e a Joanete (nome genérico) meio que estamos apimentando, aí eu fico mais tranquila. E teve isso também na vivência assim, tipo, ponto positivo, tinha um coletivo, ponto negativo, ele não tava funcionando.
- Sim.
- É isso.
- Tá mais que ótimo. Isso dos coletivos e da participação deles é uma coisa que desde que eu entrei na faculdade eu tenho ouvido. Quando eu entrei em 2020 já não era lá essas coisas, mas depois da pandemia o que eu mais ouço é isso. Se formaram novos coletivos, acho que até vale a pergunta, você sabe quando se formou o “Coletivo 2”?
- Foi agora.
- Esse ano?
- Ano passado ou retrasado.
- É, bem recente né, depois da pandemia. E mesmo assim diversos desses tem dificuldade em conseguir esse engajamento mesmo. Não sei como é isso em “Curso”, ou em outros cursos, mas em Psicologia, nos próprios alunos é um pouco difícil ter esse engajamento entre si, muito mais ainda para uma questão “maior”, essa questão de ser parte de algo, de um coletivo, é algo que tem sido mais difícil, com exceção de coisas mais “universitárias”, bateria, “Psicolata” no nosso caso né, enfim. Tem algo que você gostaria de ter vivenciado na universidade e não aconteceu, ou não aconteceu ainda? Ou se você pudesse mudar algo, agora, do jeito como é sua vivência na universidade, o que seria?
- Que ainda não aconteceu, aparecer um “gato”, que gosta de mim e eu gosto dele, isso eu gostaria que acontecesse. Que eu mudaria... Eu mudaria os héteros chatos, mudaria, tipo, o jeito das pessoas se relacionarem que é muito distante.
- O jeito que as pessoas se relacionam você diz mais num quesito, como posso dizer, entre pares, de um estudante com o outro, da dinâmica da faculdade em si?
- Sim.
- Entendi, é o que eu estava falando, é algo que cada vez mais tenho sentido também, então faz sentido mesmo. Você tinha comentado que por fazer terapia

ocupacional isso tinha te ajudado a pensar em fazer parte do “Curso” que nem você falou né. Para além disso, você recebeu algum tipo de ajuda dentro ou fora da universidade por parte de psicólogos ou profissionais da psicologia para você ter acesso ou permanecer aqui na universidade?

- Sim, teve esse né, e eu faço duas terapias, a ocupacional e a psicoterapia, e acho que me ajudou a ficar na faculdade sim.
- Só por curiosidade...
- Eu discuti muitas questões que eu tinha da faculdade com ele, sabe?
- Uhum. Eu ia perguntar, só para esclarecer, tanto a ocupacional quanto a psicoterapia são por fora né?
- De fora da PUC.
- Perfeito. Deixa eu ver o que mais... Você tá em qual ano da sua graduação?
- “(Ano genérico)”.
- “(Ano genérico)”?
- Uhum.
- E sua graduação são quantos anos, “(ano genérico)”?
- Sim.
- Como ainda tem tecnicamente mais algum tempo, talvez seja alguma coisa que esteja um pouco distante ainda, mas você se considera preparada pro mercado de trabalho pelo seu curso? Tipo, você acha que o seu curso está te preparando, não só estudante, mas também como pessoa trans, para participar do mercado de trabalho, no seu caso, do “Curso”?
- Não. Nem um pouco. O estágio está me preparando apenas.
- Isso condiz com o que você tinha dito das professoras né, mas tem mais algum motivo? Se você quiser elaborar um pouco mais porque você acha que não estão te preparando.
- Os professores não dão um relatório, uma política pública, um cadastro único, um nada sobre o que acontece na prática, sabe? Tudo na teoria, tipo, não prepara muito para o mercado de trabalho, sabe?
- Entendi. Então, você acha que esse tipo de coisa devia ser proporcionado pelo seu curso.
- Uhum.
- Essa atuação mais perto do que acontece de fato, e também um contexto trabalhado em sala mais próximo do que acontece de fato.
- Isso, totalmente.
- Tem mais alguma coisa que você acha que o seu curso poderia te proporcionar para essa inserção no mercado?
- Ah, falar da realidade mesmo. O que acontece na realidade, do que ficar enchendo linguiça na teoria, sabe? Falar essa é a realidade, agora vamos pensar o que fazer com essa realidade, aqui na faculdade, não fora, depois, porque elas querem preparar teoricamente para aí a gente conseguir lidar com a

realidade. Mas não dá para lidar com a realidade pensando só na teoria, tem que mesclar os dois, e elas não fazem isso, ficam só na teoria.

- Entendi. É, acho que isso é algo que a gente sente também um pouco na psicologia, principalmente nos primeiros anos é bem complexo isso.
- Nossa, os primeiros anos também.
- Os primeiros dois anos foram 100% teóricos, no terceiro começamos a ter alguns estágios básicos, então era bem fraquinho, só no quarto ano que a gente começou a ter estágio de verdade e aí ficou um pouco mais próximo do trabalho de fato, mas aí é isso. Eu tô numa graduação de cinco anos, e só fui ter mais engajamento no quarto, então, quanto tempo depositado nisso, nessa parte teórica para de fato ter mais contato com as pessoas, e de fato como é na prática. Então imagino que para você no “Curso” deva estar sendo algo bem parecido né.
- Sim.
- Tá. De tópicos que eu tinha selecionado aqui para gente papear um pouco, acho que a gente já conseguiu abordar eles de uma maneira sucinta e que sirva para a pesquisa, então agora a gente ainda tem um tempinho aí previsto de possibilidade, de espaço, para caso você queira contar mais alguma coisa sobre como é sua vivência trans, acho que também pensando um pouco em como que foi sua identificação como pessoa trans, se isso foi algo que aconteceu na universidade ou fora dela, no ensino médio, como que é isso pra você?
- A minha identificação aconteceu em 2020, na pandemia. E acho que muito influenciado por a gente estar preso dentro de casa, olhando pra dentro, sabe? Tipo, não consegui mais ignorar assim. Já tinham tido sinais, visões, e aí tinha que aceitar agora, nesse momento da pandemia. E aí comecei a falar com meus pais, no começo eles não aceitaram, aí depois só em 2021, 2022, que eles foram aceitar.
- Que difícil, ter que ficar em casa com essas pessoas, ou você morava sozinha?
- Não.
- Que complexo.
- Sim, mas ficou tranquilo depois, eles entenderam, e eles tipo, só querem o meu bem assim sabe?
- Fico feliz sinceramente. Acho que não só para questões de identificação né, mas ter uma rede de apoio perto, nesse núcleo familiar, é algo que faz muita diferença, para a gente conseguir se sustentar também, pensando até num momento de pandemia onde estava tão difícil “ser”. Acho que apesar de ter sido depois da pandemia, um pouco, esse movimento de aceitação, que bom que ele chegou.
- Uhum.

- Você acha que esse movimento por parte dos seus pais também influencia a sua permanência na universidade, como é isso? O que eles acham de você fazer “Curso”?
- Ah, eles aceitam também, por mais que eles quisessem que eu fizesse outra coisa, sabe? Qual foi a outra pergunta, me perdi um pouco.
- Foi algo no sentido de você permanecer na universidade com o apoio deles também.
- Ah tá, sim, sim. Porque se eu tivesse mal com eles eu não teria nem entrado na faculdade. Porque eu não queria fazer faculdade. E aí foi um movimento deles que eu aceitei, e tá fazendo sentido agora.
- Que bom. Eu fico feliz sinceramente de ver pessoas trans na faculdade, é uma coisa que apesar de eu efetivamente não conhecer muitas na PUC, as que eu conheço, tem algumas na psicologia, eu me sinto feliz que, que nem você falou, existem muitos problemas, como eu também falei, a PUC ela bota uma fachada muitas vezes de ser inclusiva, muito aberta, e naquelas né? Tem problemas, e eles aparecem, e quem tá lá sofrendo eles sabe muito bem deles.
- Lembrei agora, de um menino falando tipo “Eai cara?”, e ele sabia que eu era guria, e fodasse assim sabe? Tipo, não gostei assim, eu não fiquei legal.
- Como foi essa situação? Isso foi em sala, isso foi...
- Não, foi na Prainha, ele era da chapa do CA que a gente tinha convidado ele, e aí ele me cumprimentou assim, “eai cara”, me deu um aperto de mão “bem homem”, meninas se cumprimentam com beijo, sabe?
- Uhum, sim, sim. Não, são outras dinâmicas completamente né. Isso teve alguma continuação a partir disso, ou foi algo que aconteceu e ficou para você simplesmente?
- Ah, ficou.
- Entendo, é duro. Essa história fala bastante também sobre o tipo de pessoa que está na PUC né, acho que para além da questão universidade como uma entidade, pensar também nas pessoas que estão estudando aqui é muito importante. Apesar de terem pessoas que vão até a PUC pelas posições dela, portas-abertas por exemplo, alguns movimentos de inclusão, tem pessoas que não estão nem aí, estão aqui porque estão. E mesmo no seu caso, pelo que eu entendi, era uma outra pessoa do “Curso” né, muitas vezes elas se mostram de uma maneira, nesse caso transfóbica, e nada acontece. Então, um pouco também do objetivo da pesquisa é pensar justamente nessas coisas, acho que são essas micro-agressões, que na verdade são macro-agressões. Como essas coisas permeiam a experiência universitária desde um trote até a vivência cotidiana na prainha, no bosque, até mesmo na própria sala de aula, na secretaria, todos esses lugares.
- E no setor de estágios que tava o meu novo civil ao invés do meu nome social, aí saia meu nome civil nos documentos, aí fui entregar meus documentos no

estágio, quase não aceitaram porque tinham dois nomes. E aí eu quase não fui, mas consegui entregar os documentos, aí tipo, depois fui lá no setor de estágio e falaram “Ah, tá errado aqui”, tipo, ninguém percebeu antes? E a moça me chamando de “João” (nome fictício) porque ela não tinha percebido que eu era trans. Aí eu cheguei e falei, bom, meu nome está como João então vou pedir o contrato de João né? Aí estava como Joana e o cara tinha separado como Joana e não achavam o meu contrato, aí eu falei “Ah não, tá como Joana então”, e ela falou “Ah, quando você for pedir o contrato, fala seu nome social mesmo”. E aí, tipo, é zoeira com a minha cara né porque tava o tempo todo o meu nome de registro civil, ela me chamando de João, ela pede pra eu falar o nome social, não faz nem sentido. Aí o cara falou pra eu abrir um requerimento para mudar o nome, nem sei se abriu, e aí é isso.

- É exatamente esse tipo de coisa que é muito importante você falar né, você não é a primeira pessoa que já ouvi algo desse tipo, desde efetivamente ter problemas de estágio por conta do nome social, até coisas como pedir carteirinha para ter da faculdade e usarem o nome morto.
- E no Teams o meu nome estava com o nome morto também, e eu tive que pedir pra mudar, sabe?
- Então, isso é a realidade, é o que eu falei antes, tem toda essa fachada da PUC de inclusiva mas aí entra numa questão burocrática e já te jogam pro escanteio. Fica muito mais difícil você fazer uma coisa simples, e coisas que já são difíceis ficam mais difíceis ainda de serem feitas, por conta de uma coisa que poderia muito facilmente, desde notificada, até de fato usada né? Acho que isso é algo que acontece bastante, e é importante falar disso mesmo, são coisas que estão acontecendo aí e alguém precisa fazer alguma coisa sobre. Não to querendo me colocar no lugar de quem vai resolver tudo também né, acho que às vezes me sobe um pouco a cabeça o quanto o meu trabalhinho vai conseguir alcançar, mas que tenha uma documentação de que essas coisas estão acontecendo para além de, obviamente, quando as próprias pessoas se colocam e falam o que está acontecendo. Acho que são coisas que precisam ser ditas.
- Sim, é que eu tenho uma memória muito ruim e não lembrava, só lembrei agora.
- Nem te culpo, essas coisas eu iria querer esquecer também. Mas é isso, as coisas vão saindo, fica à vontade, acho que querendo ou não são coisas difíceis também, eu to aqui tentando deixar as coisas mais leves na medida do possível, mas eu tenho pleno conhecimento de que são coisas difíceis, ainda mais quando elas acontecem né. Toda essa situação burocrática com o nome civil e nome social tomam muito da nossa energia mesmo, acho que até pensando um pouco na nossa potência como indivíduos, sei lá, você estava falando muito animada de como o estágio tá sendo bom pra você né, imagina se isso não tivesse sido possibilitado por algo tão banal quanto burocracia, sabe? Então é isso, os estágios têm que ser usados da maneira correta, porque eles são o que dão vida

aos nossos serviços, né? E para as outras coisas também, qualquer coisa que você for resolver, essas coisas precisam estar certas. Eu não quero chegar na secretária e não conseguir achar o meu...

- Documento, contrato...
- Exato. Não são coisas que são pra acontecer e depois “puts, desculpa”, pelo menos essa é a minha visão. Então, obrigado por compartilhar isso também. Às vezes eu falo muito para dizer só isso, perdão.

Momento pós-entrevista:

- Ferdinando, será que a gente pode encerrar, porque já está muito tarde.
- Claro, a gente já está batendo nos 50 minutos agora, então nem daria para ir muito mais que isso, então primeiro de tudo queria agradecer muito pela sua participação! A gente vai trocando coisas ainda né, gostaria muito que você pudesse falar mais sobre como é o coletivo, para além de obviamente eu tentar conseguir mais pessoas para a minha pesquisa, mas também porque eu tenho interesse mesmo em conhecer, fazer parte de alguma forma né.
- Não andamos fazendo nada.
- Mas muito obrigado mesmo por participar, acho que tudo que você falou vai ter um impacto na minha pesquisa, acho que não teve nada que não possa ser aproveitado aqui, foi muito boa, muito bom te ouvir, espero que de alguma forma tenha sido bom para você também, e é isso, vamos nos falando, muito obrigado denovo. Qualquer dúvida estou sempre a disposição, vou deixar você descansar também.
- Obrigada viu, gostei sim, foi ótimo, agora a gente vai conversando.
- Vamos sim.
- Boa noite.

Apêndice 2 - Roteiro para a Entrevista Semidirigida

Roteiro para a Entrevista Semidirigida:

Pergunta disparadora:

Levando em conta o objetivo do trabalho de conhecer as vivências de pessoas trans no ambiente universitário, existe algum elemento da sua história como pessoa trans que eu deveria saber? (Caso não tenha respondido ao falar da história) Você se identificou como pessoa trans antes ou após sua entrada na universidade?

Tópicos norteadores, caso não surjam espontaneamente:

- O que motivou a sua escolha de curso? (O curso realizado será perguntado, mas não será divulgado nos resultados da pesquisa)
- Esta é a sua primeira graduação? (Caso não tenha sido a primeira graduação, e tenha havido desistência qual seria a razão?)
- O que a fez escolher a PUC para graduação?
- Como foi a entrada na universidade?
- Quais elementos positivos e/ou negativos atravessam a sua vivência na universidade? De que forma eles impactam na sua permanência na universidade?
- O que você gostaria de ter vivenciado na universidade e não ocorreu? Se pudesse ter mudado algo, o que seria?
- Você recebeu alguma ajuda dentro ou fora da universidade por parte de profissionais da Psicologia para seu acesso e/ou permanência na universidade?
- Você se considera preparado(a/e) para o mercado de trabalho pelo seu curso? Por quê? (Em caso de resposta negativa) Que tipo de preparo você acha que deveria ser proporcionado pelo seu curso?

Apêndice 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada “A Percepção da Pessoa Trans Sobre a Universidade”, sob a responsabilidade de Ferdinando Parrini Andreoni Guzzo e a orientação de Solange Aparecida Emílio.

JUSTIFICATIVA : A pesquisa será realizada para que, além dos dados obtidos a partir da revisão bibliográfica do autor, seja possível conhecer a percepção que as pessoas trans possuem de suas experiências de vida no ambiente universitário e o cumprimento de seus direitos. Ademais, a realização dessa pesquisa produzirá material integrando a questão de gênero à Psicologia sob um viés despatologizante, o que auxiliará na expansão desses moldes na Psicologia do século XXI.

OBJETIVO(S) DA PESQUISA : Conhecer as vivências de pessoas trans no ambiente universitário da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, identificar os elementos positivos e negativos que atravessam a vivência trans na universidade, verificar como esses elementos impactaram na entrada e permanência na universidade, analisar como a universidade prepara pessoas trans para o mercado de trabalho e verificar de que maneira os psicólogos podem atuar de modo que mais pessoas trans tenham acesso à educação superior e ao mercado de trabalho.

PROCEDIMENTOS: Será feita uma pesquisa qualitativa com estudantes trans da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Participarão da pesquisa até 6 estudantes da universidade, em local a ser combinado entre as pessoas envolvidas. Serão realizadas entrevistas semidirigidas que abordarão as vivências das pessoas trans no contexto da universidade. A entrevista semidirigida funciona com um roteiro,

em que através de uma primeira pergunta disparadora e algumas questões-tópicos, você será encorajado(a/e) a falar. Não há uma ordem predeterminada para a abordagem dos temas. Para que seja possível fazer uma análise concisa dos dados e ao mesmo tempo garantir um espaço mais acolhedor, a entrevista será gravada, e não anotada, com seu consentimento. Será garantido o sigilo de sua identidade e de qualquer informação que possa permitir sua identificação na divulgação dos resultados. A Análise de dados se dará de forma qualitativa, ou seja, a partir da retomada do conteúdo das falas das pessoas entrevistadas, irá se buscar elementos em comum em suas vivências universitárias de modo a compor um relato sobre suas experiências, podendo assim compará-los à teoria e revisão bibliográfica. Foram convidadas como participantes apenas pessoas que se reconheçam como trans e estejam matriculadas regularmente como estudantes de graduação ou pós-graduação em cursos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Não participarão da pesquisa pessoas que são estudantes de graduação no curso de Psicologia, ou que tenham relações familiares com professores do curso de Psicologia, para evitar constrangimentos e exposições desnecessárias.

DURAÇÃO E LOCAL DA PESQUISA : Os procedimentos da pesquisa serão realizados em local e horário previamente combinados entre os participantes e o entrevistador e terão duração entre trinta minutos e uma hora.

RISCOS E DESCONFORTOS: Sabemos que todas as pesquisas com seres humanos envolvem riscos. Desta forma, não conseguimos garantir que não haverá nenhum risco em sua participação. No entanto, se ocorrer qualquer desconforto durante a realização da entrevista, você poderá interrompê-la e retirar seu consentimento sem nenhum prejuízo na sua participação no ambiente universitário. Somado a isso, o fato de os sujeitos de pesquisa e pesquisadores estarem vinculados a mesma instituição, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, traz a necessidade de previsão de possíveis desconfortos tanto na realização da entrevista quanto no tratamento dos dados, por esse motivo as pessoas que poderiam ser potencialmente identificadas ou

se sentir expostas como os estudantes de graduação de Psicologia e parentes de professores do curso de Psicologia não serão convidados a participar da pesquisa. A fim evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar dano relativo à sua participação, o pesquisador garantirá o sigilo de informações que permitam sua identificação, durante e após a sua realização e nas possíveis publicações resultantes da pesquisa, providenciando assim devido tratamento dos dados coletados.

BENEFÍCIOS: Almeja-se, com este estudo, a contribuição para a ampliação do número de pesquisas científicas que integram a questão de gênero à Psicologia sob um viés despatologizante, ou seja, comporá de maneira qualificada a um espaço que precisa ser ocupado pelos profissionais da saúde do século XXI.

ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA: Você poderá acionar a professora orientadora da pesquisa, Solange Aparecida Emílio, que é psicóloga, CRP 06/44593, para esclarecimentos sobre a pesquisa, antes, durante ou após sua participação, mesmo que precise interrompê-la por qualquer motivo. Além disso, ela poderá ser acessada para acolhimento e acompanhamento, sem nenhum custo, caso ocorra algum desconforto decorrente de sua participação.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO

Você não é obrigado(a) a participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento, sem que seja penalizado ou que tenha prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, você não será mais contatado(a/e) pelos pesquisadores.

GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE : Os pesquisadores se comprometem a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa,

inclusive após finalizada e publicada. As informações coletadas serão gravadas durante a entrevista através de um aparelho celular, armazenadas no mesmo aparelho, tratadas de maneira sigilosa, e descartadas após o período previsto para a pesquisa.

GARANTIA DE RESSARCIMENTO FINANCEIRO: Fica garantido para participantes o direito de ressarcimento diante de eventuais despesas tidas em razão de sua participação na pesquisa.

GARANTIA DE INDENIZAÇÃO: Fica garantido para participantes o direito de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS : Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, você poderá contatar o pesquisador Ferdinando Parrini Andreoni Guzzo no telefone (11) 99522-1502, ou ferdinando.andreoni.guzzo@gmail.com ou a professora orientadora Solange Aparecida Emílio pelo telefone (11) 998454573 ou e-mail (saemilio@pucsp.br) .

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC-SP na Rua: Rua Ministro Godói, 969 – Sala 63-C (Andar Térreo do E.R.B.M.) - Perdizes - São Paulo/SP - CEP 05015- 001 Fone (Fax): (11) 3670-8466 e e-mail: cometica@pucsp.br.

Horário de atendimento do CEP ao Público: ***Das 11h00 às 13h00 de 2ª a 4ª feira e das 15h30 às 17h00 de 5ª e 6ª feira***

De acordo com a Resolução nº **466/12** da CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) e Regimento dos Comitês de Ética em Pesquisa da PUC-SP, "toda pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano, de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou em partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais", deve ser submetida à apreciação e acompanhamento do CEP.

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Autorizo também a gravação das minhas respostas, sabendo que toda informação será mantida em sigilo de confidencialidade, nada será divulgado, apenas usado para ser interpretado pelo pesquisador. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada pelo(a) pesquisador(a) principal ou seu representante, rubricada em todas as páginas.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ____/____/____

Participante da pesquisa/Responsável legal

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa “A Percepção da Pessoa Trans Sobre a Universidade”, eu, Solange Aparecida Emílio , declaro ter cumprido as exigências do(s) item(s) IV.3 da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Profa. Dra. Solange Aparecida Emílio – Orientadora

Ferdinando Parrini Andreoni Guzzo – Pesquisador

Anexo 1 - Parecer da Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Percepção da Pessoa Trans sobre a Universidade

Pesquisador: Solange Aparecida Emílio

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 75607923.0.0000.5482

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.543.942

Apresentação do Projeto:

Trata-se de protocolo de pesquisa para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso no Bacharelado em Psicologia, vinculado à Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (FACHS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Projeto de pesquisa de autoria de Ferdinando Parrini Andreoni Guzzo, sob a orientação da Profa. Dra. Solange Aparecida Emílio.

As informações citadas, no corpo do presente PARECER CONSUBSTANCIADO, nos campos: Apresentação do Projeto; Objetivo da Pesquisa; & Avaliação dos Riscos e Benefícios; foram extraídas do arquivo PDF denominado: "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2210688.pdf Informações" resultado do preenchimento das 6 (seis) etapas do processo de submissão do presente PROTOCOLO DE PESQUISA via sistema integrado nacional Plataforma Brasil.

O supracitado documento informa que "Este trabalho busca abordar o problema histórico brasileiro da transfobia, utilizando-se dos conceitos da Teoria Queer de Judith Butler, de dados epidemiológicos da população trans, e principalmente de uma pesquisa feita pelo autor, para dissertar sobre o tema da vivência trans no ambiente universitário, assim como o papel do psicólogo frente a esse cenário. Através de uma pesquisa qualitativa feita para alunos(as/es) trans da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o autor utilizará de suas respostas, juntamente de

Endereço: Rua Ministro Godoi, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello			
Bairro: Perdizes		CEP: 05.015-001	
UF: SP	Município: SAO PAULO		
Telefone: (11)3670-8466	Fax: (11)3670-8466	E-mail: cometica@pucsp.br	



Continuação do Parecer: 6.543.942

uma revisão bibliográfica interdisciplinar, para estudar a respeito da entrada, estada, e saída de estudantes trans na universidade.

Introdução: O interesse do autor com a temática trans surgiu de suas vivências, positivas e negativas, em torno do conceito de gênero, no nível individual e interno e no nível coletivo e externo. A inspiração para a produção deste trabalho, em específico, partiu da experiência do autor com o ambiente universitário, e durante a disciplina de "Projeto de Pesquisa", em que a descoberta do baixo número de pesquisas na área da Psicologia a respeito de pessoas trans incentivou o autor a produzir um trabalho dentro do seu espectro de possibilidades. Atualmente vivemos um momento na história em que a representação de pessoas LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, trans, queers, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero) atinge seu auge ao longo da história, sendo essa advinda de uma constante luta por direitos e contra sua discriminação sistemática. No entanto, também observa-se nesse momento o aumento de discursos extremistas que buscam reverter essas conquistas, e mesmo criminalizar a população LGBTQIA+, negando seu direito de existência como tal. Frente a esse cenário, é papel do psicólogo não apenas compreender esse fenômeno, mas participar ativamente na luta por uma igualdade de direitos e de possibilidades para a população LGBTQIA+, repudiando a imposição da cis heteronormatividade, sendo um caminho para tal a produção de pesquisa sobre essa população. Dito isso, o foco deste trabalho se dará em cima da letra "T", ou seja, pessoas trans, de forma que através desta pesquisa seja possível dar um passo adiante no acolhimento dessas pessoas em sua luta. Antes de qualquer análise, é necessário que se compreenda quem são as pessoas trans e qual sua história no Brasil.

1.1. Gênero e Sexualidade: Pessoa trans, ou pessoa transgênera, é um termo "guarda-chuva" utilizado de forma que permita denominar todas as pessoas que em alguns, ou todos, os momentos e situações de sua vida, não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído desde de antes do nascimento. Portanto, são pessoas que se afastam do imaginário social cis heteronormativo que se organiza e prega a existência de apenas duas possibilidades de gênero, mutuamente exclusivas e imiscíveis, sendo estas o pênis-homem-masculino e a vulva-mulher-feminino (AIELLO-VAISBERG et al. 2022, p. 2). Ao englobar uma multiplicidade de expressões de gênero, no entanto, é necessário delimitar que a orientação afetivo-sexual, independente de qual seja, não é fator para a inclusão ou exclusão nesse termo, mas sim algo que simplesmente não é o mesmo tópico, por mais que as normativas socialmente construídas entre corpo, gênero e desejo sejam enclavados em uma mesma equação no meio cisheteronormativo. Adentrando nessa

Endereço: Rua Ministro Godoi, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 6.543.942

questão, é necessário que determinados termos sejam descritos de modo que seu significado permaneça claro durante o trabalho. Para tal, a teoria de gênero de Judith Butler será usada para trabalhar o conceito de gênero. A ideia de gênero para Butler foi desenvolvida como forma de oposição ao determinismo biológico existente na ideia de sexo, fato este que explica também a resposta desqualificadora desse termo por parte do conservadorismo que prega que gênero e sexo seriam a mesma coisa. No entanto, ao contrário desta postura imprópria, fala-se em gênero pois sexo implica na biologia como determinante da vida, ou seja, o sujeito nasce homem ou mulher, e a partir daí suas diferentes experiências e lugares na sociedade seriam determinados naturalmente, o que por sua vez resulta na naturalização da desigualdade entre homens e mulheres (FIRMINO, PORCHAT, 2017, p. 4-5). Logo, trabalha-se com o conceito de gênero com o intuito de afirmar que diferenças sexuais são significadas e valorizadas pela cultura de forma a produzir diferenças que são ideologicamente afirmadas como naturais. De acordo com Firmino e Porchat (2017), um exemplo prático disso se observa no momento em que, desde a concepção, é criada a expectativa para um “menino” ou “menina”, que é exaltado no momento do ultrassom e nas festas de revelação. Ato como estes inserem o bebê, desde antes do nascimento, em um discurso cultural sobre o que significa ser menino ou menina, e por consequência toda uma expectativa social que é imputada sobre quem aquele sujeito irá desejar, do que irá brincar e de que cores serão suas roupas. Seu corpo está, portanto, desde o início, marcado por significados culturais. A partir dessa premissa que afasta o entendimento de gênero do sexo biológico, é onde encontra-se por sua vez o significado de sexualidade. Segundo Escobar et al. (2016), sexualidade é um termo que a população não difere muito do significado de sexo, ou seja, uma relação heterossexual onde se obtém prazer. Contudo, Firmino e Porchat (2017) expressam que: Há uma razão política para afirmar o gênero e o sexo como substância/essência. É preciso afirmar a substância dos gêneros dentro do binarismo masculino-feminino para apontar sua naturalidade e supor sua complementaridade, o que afirma a suposta naturalidade do desejo entre “homens” e “mulheres”. Com isso, o caráter compulsório da heterossexualidade é mascarado e o regime de poder se fortalece, já que não nos é apresentado como um regime, como uma lei que é imposta, mas como um fato natural da vida. Essa naturalização e essencialização do gênero e do desejo heterossexual é amplamente operada nas milhares de imagens que são veiculadas nas novelas, filmes, desenhos, materiais didáticos, revistas e na publicidade. Na verdade, o que se vende é a ideia da heterossexualidade como a única forma viável de existência (FIRMINO, PORCHAT, 2017, p. 6-7). Ao definir a sexualidade como o sexo heterossexual, por exemplo, reafirma-se a matriz heterossexual, ou seja, “a grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e

Endereço: Rua Ministro Godoi, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 6.543.942

desejos são naturalizados" (FIRMINO, PORCHAT, 2017, p.2, apud BUTLER, 2003, p.216). Complementarmente, Viviane V. (2014) traz sua vivência sexual como mulher trans como permeada pela cis heteronormatividade, uma vez que, a existência de discursos sobre os corpos, e as performatividades de gênero esperadas para estes corpos, relegam as existências transgêneras a lugares complexos nos relacionamentos afetivos e sexuais.

1.2. Transfobia: Na década de 1990 e no início dos anos 2000, divergências sobre a realidade do gênero apareceram como um dos muitos pára-raios na relação alternadamente produtiva e tensa entre a teoria trans, queer e feminista. Através desses debates, há uma sensação persistente de que algumas narrativas trans apelam para a ideia de um "gênero real" (por exemplo, afirmando que alguém é realmente um homem ou uma mulher, ou descrevendo a realidade sentida do gênero) de maneiras que contradizem quadros filosóficos feministas queer focados em desnaturalizar o gênero ou revelar sua construção. Uma tensão repetitiva emerge nesses debates entre a ruptura conceitual das categorias de gênero e o apelo a tais categorias em níveis íntimos e interpessoais. (DRAZ, 2022, p.1-2) A importância do artigo de Draz provém da importância de demonstrar que o debate acerca da legitimidade de pessoas trans é algo presente nas últimas décadas, inclusive no âmbito acadêmico formal. Contudo, é pela necessidade de constantemente revisitar e trabalhar estruturas teóricas, que continuam a seletivamente incluir e excluir pessoas trans no feminismo queer, que Draz (2022) pauta sua pesquisa. Com a escalada da extrema direita em diversos países, observada, por exemplo, na vitória de Donald J. Trump nas eleições dos Estados Unidos (EUA) em 2016 e de Jair M. Bolsonaro no Brasil em 2018 (FARGONI et al., 2021, p.3), também se observa a pauta da legitimidade trans em seus discursos. No entanto, o discurso trazido é o da violência e do pânico moral. Como coloca Miguel (2021), "a violência é abertamente exaltada como forma de resolução das desavenças, a igualdade e a autonomia individual são depreciadas em nome da nostalgia por uma ordem social hierárquica rígida". Da mesma forma, inverte-se o consenso social de que é preciso enfrentar as desigualdades e respeitar as diferenças: Em consonância com o discurso contemporâneo da extrema-direita pelo mundo afora, Bolsonaro verbaliza o medo causado pelos desafios a hierarquias sociais vigentes, como as de gênero ou de raça. Em particular, a visibilidade crescente de pautas dos movimentos feminista e LGBT leva à ideia de que a família está em risco —"família" significando apenas o arranjo tradicional, heteronormativo e fundado na dominação paterna. Ou, então, como dizem há anos agitadores públicos no Brasil, à ideia de que está em andamento a instauração de uma "ditadura gay", cujo principal traço, logo fica evidente, é o repúdio a comportamentos homofóbicos (MIGUEL, 2021, p.3). Segundo Britto e Vieira de Carvalho (2021), o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking de

Endereço: Rua Ministro Godoi, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 6.543.942

assassinatos contra a população transgênera. Mesmo após uma notificação internacional com recomendações apresentadas na Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 2015, o Brasil ainda é marcado pela média anual de 121 assassinatos contra pessoas trans, acumulando um total de 1.539 assassinatos no período de 2012 a 2022 (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2023, p. 26). Vale ressaltar que entre as pessoas em que foi possível identificar a idade em 2022, apenas 19% delas ultrapassaram a estimativa média de vida de uma pessoa trans, que é de 35 anos. Esses fenômenos de violências múltiplas contra pessoas transgêneras, que violam a sua integridade humana, basicamente visando definir quem deve ou não possuir direitos, são caracterizados como transfobia (GREGORI et al., 2022, p. 13). 1.3. Brasil e Estado de Direito: Contudo, para além dessa descrição, é necessário entender que o cenário brasileiro durante a última década propiciou o aumento exponencial dessas violências, em especial durante o período do governo Bolsonaro (ALEGRIA et al., 2019) este último que tornou o debate acerca de racismo, transfobia e demais violências de gênero e sexualidade em atos de resistência (GREGORI et al., 2022, p. 4). De acordo com Gregori et al. (2022), a luta pelo exercício do direito e contra a transfobia atua também como um enfrentamento às extremas direitas e a bolsonarização do país, estas que trabalharam e ainda trabalham fervorosamente na desqualificação do trabalho produzido na área de ciências humanas e demonizam a esfera das teorias de gênero e sexualidade, trazendo essas questões para o âmbito moral e as distorcendo de forma que os oprimidos sejam vistos como opressores, a chamada "ideologia de gênero". Contrário à origem do termo, usado de maneira ampla nas teorias feministas e queer para indicar a manutenção dos estereótipos que associam automaticamente cada sexo biológico a um conjunto específico de comportamentos, sensibilidades e papéis sociais, o termo é utilizado por grupos de extrema-direita de maneira a banalizar e desvirtuar a discussão teórica sobre "gênero", se colocando contra a desnaturalização dos papéis sociais de gênero (MIGUEL, 2021, p. 3). Utilizando-se de argumentos conspiratórios e abertamente preconceituosos, a base conservadora e bolsonarista incita a perseguição e ameaça não apenas as pessoas trans, mas também os grupos e pessoas pesquisadoras dessa área (GREGORI et al., 2022, p. 4-5), resultando em graves retrocessos para um maior estudo do tema como a subnotificação de crimes contra a população LGBTQIA+, bem como um contínuo processo de apagamento dos casos que são notificados (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2022, p.46). Antes do período da pandemia de Covid-19, Mendes e Silva (2019) publicaram um estudo a respeito dos homicídios da população LGBTQIA+, dando espaço também para analisar as violências direcionadas à pessoas trans. Nesse estudo, se ressaltou que os homicídios contra a população LGBTQIA+, considerados "crimes de ódio" e um grave problema de saúde pública, vitimizam jovens, principalmente os transgêneros, e

Endereço: Rua Ministro Godoi, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 6.543.942

destacaram, entre outros fatores, que normalmente esse tipo de violência ocorre em vias públicas e com o uso de armas de fogo, em sua maioria com dois a cinco golpes ou tiros contra pessoas trans que em sua maioria tinham entre 20 e 29 anos, e que eram profissionais do sexo. Esses dados evidenciam o alto nível de violência utilizado nesses crimes, assim como também remetem ao fato de que o Brasil consistentemente é o país que mais consome pornografia trans nas plataformas digitais de conteúdo adulto no mundo, ao mesmo momento em que é o país que mais assassinou pessoas trans pelo 14º ano consecutivo (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2023, p. 6). Frente a dados que explicitam a violência acometida pelas pessoas trans, há de se questionar o porquê dos direitos LGBTQIA+, considerados direitos humanos desde 2011 pela Organização das Nações Unidas (ONU) (GORISCH, 2013, p. 30), ainda não contemplarem plenamente a população LGBTQIA+ no Brasil (FEITOSA, 2016, p. 6-19). De fato, a formulação do conceito de direitos humanos básicos se deu de forma a lutar contra as diversas formas de opressão que se deram ao longo da história da humanidade, e estabelecer antes de qualquer denominação, seja por idade, gênero, trabalho ou outros, que somos seres humanos com direitos (CAVALCANTE RODRIGUES et al., 2021, p. 2). O artigo 5º da Constituição de 1988, um marco histórico na transição para a democracia e no estabelecimento dos Direitos Humanos no Brasil, abrangeu os direitos humanos e deu início ao processo de efetivação dos mesmos (SENADO FEDERAL, 2013, p. 10). Considerados direitos básicos do ser humano, ou seja, "direitos inerentes a todo ser humano, oponíveis a todos, inclusive ao Estado" (FEIJÓ, GOMES, 2018, p. 2), esses direitos consistem de décadas e séculos de lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas (BOBBIO, 1992, apud CAVALCANTE RODRIGUES et al., 2021, p. 7). Contudo, é necessário observar que a população trans em múltiplas instâncias vê seu direito à vida, à segurança, a expressão, dentre outros, violados por conta de uma discriminação de gênero, pois, como mencionado anteriormente, o cenário brasileiro vive uma amplificação dessas violações em relação ao mundo. Logo, não basta que os direitos humanos básicos estejam formalmente reconhecidos por lei, é necessário que o Estado brasileiro atue de forma ativa contra a transfobia e as demais violações desses direitos, de modo que sejam efetivados e materializados (CAVALCANTE RODRIGUES et al., 2021, p. 7). Portanto, é por meio dessas mesmas lutas que o devido exercício desses direitos será feito, em especial para as pessoas trans. Dito isso, posta a situação crítica que as pessoas trans se encontram atualmente no Brasil, é necessário questionar a falta de atuação direta do Estado brasileiro na garantia do direito à igualdade, à vida, e outros demais (MALTA FLEURY, 2021, p. 8). Observa-se pela não implementação na Constituição dos poucos direitos reconhecidos expressamente na legislação à

Endereço: Rua Ministro Godoi, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 6.543.942

comunidade LGBT (FEIJÓ, GOMES, 2018, p. 2), que o Estado não apresenta responsabilidade frente à marginalização e morte de pessoas trans no Brasil, e atua de forma a coibir estas a viverem de acordo com as normas e expectativas sociais heteronormativas para que possam ter um semblante dos seus direitos garantidos. A partir desse cenário, vê-se necessário resistir e combater a naturalização social da cisgeneridade e a patologização das vivências trans, de forma que a legitimação e reconhecimento pleno sejam estendidos a elas. Utilizar, por exemplo, da transfobia e cisheteronormatividade como recurso de debate, é importante para esse objetivo, uma vez que é a expressão utilizada nos ambientes acadêmicos e de militância para denunciar e lutar contra todo tipo de violência e discriminações praticadas contra pessoas trans, dando lugar inclusive para a compreensão do caráter institucional e estrutural dessas violências (SIMAKAWA, 2015, p. 70-71, apud MALTA FLEURY, 2021, p. 3). Vale ressaltar que Butler e Spivak (apud MALTA FLEURY, 2021, p. 5) já traziam a noção de que esse processo não apenas busca a produção de pessoas que comporiam um povo atravessado por categorias normativas determinantes para sua elegibilidade ao pertencimento à comunidade nacional, mas também a de pessoas que apesar de viverem e transitarem pelo território nacional, não são pertencentes dessa comunidade, e justamente por isso reivindicam o seu lugar de pertencimento no povo, e assim o reconhecimento da sua cidadania, da sua existência como pessoas de direito. Apesar de Butler se referir aos EUA em sua fala, no Estado Brasileiro de Direito isso também ocorre nesses moldes. Pessoas trans são colocadas no complexo lugar jurídico da não-cidadania ou subcidadania, o que resulta em diversas implicações pessoais e sociais de suas possibilidades de existir e viver plenamente, como pessoas (MALTA FLEURY, 2021, p. 6 -7). Portanto, ao contrário do discurso que atesta já existirem direitos plenos para todos, é necessário colocar que os direitos que asseguram uma vida digna, livre de violências e discriminações, para o povo brasileiro, não podem ser interpretados como alcançando as pessoas trans que vivem no país, uma vez que não são reconhecidas como cidadãs (MALTA FLEURY, 2021, p. 6-7). O abismo que se observa entre a situação atual e uma vida plenamente digna para a população trans se expressa através da importância de conquistas como a utilização de um banheiro público, da realização de uma atividade tão comum e natural que presume-se ser um direito garantido, independente de qualquer fator identitário. No entanto o que se vê é o contrário, a afirmação desse direito básico acaba por ser um movimento de resistência a construções levianas como a da população trans ser “predadora sexual em potencial”, ou seja, desloca a questão de gênero para a dimensão da sexualidade, novamente deslegitimando a causa, ao mesmo tempo que realça o pensamento patriarcal da posse de corpos advinda do abuso sexual (BEZERRA et al., 2021 p.12). Portanto, pensar sobre as razões pelas quais incomoda

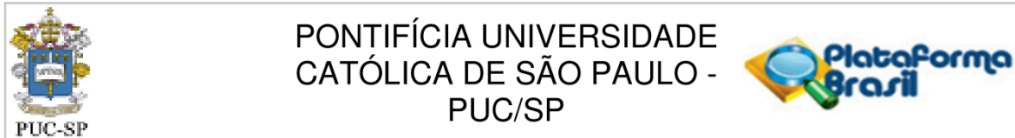
Endereço: Rua Ministro Godoi, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 6.543.942

tanto a utilização dos banheiros por pessoas trans, requer a assunção de uma problemática histórica e biopolítica das violências sofridas por esses corpos, como também a desconstrução das bases históricas dos conceitos de gênero, do que sejam características do masculino e do feminino tanto social, como cultural, biológica e 'hormonalmente' falando. Trata-se de implodir essas afetações, por meio da problematização dos equívocos teóricos e epistemológicos construídos na base do conservadorismo, do desconhecimento dos avanços científicos e tecnológicos, da negação da ciência e no governo de um pseudo-misticismo que prega o obscurantismo como forma de restringir e negar o acesso da população ao conhecimento (BEZERRA et al., 2021, p.16). Construções sociais que visam deslegitimar o movimento LGBTQIA+ devem ser enfrentadas também pela sua história de falso embasamento científico, que por décadas buscaram patologizar gêneros e sexualidades desviantes da cis heteronormatividade. Nesse âmbito, é preciso manter viva a memória da participação da Psicologia e da Psiquiatria nessa formação de um ideário patologizante, associando pessoas trans ao chamado "fenômeno transexual" ou "disforia de gênero", ambos que utilizam do gênero como um método de diferenciar a natureza da cultura, colocando o gênero no espectro psicológico uma vez que só existiria na mente dos sujeitos, o que leva a noção de que qualquer desvio da cis heteronormatividade deveria ser visto como patológico, e, portanto, algo que deveria ser tratado (BEZERRA et al., 2021 p.15). De acordo com Rodrigues et al. (2021): Em 1980, a 3ª edição do DSM inclui, pela primeira vez, a transexualidade enquanto categoria "disforia de gênero" (APA, 1986). Em 1990, a transexualidade entra, pela primeira vez, no CID-2, da OMS, como "perturbação da identidade sexual", mais especificamente como "transexualismo" (Missé, 2014). Em 1994, o DSM-IV substitui a categoria "disforia de gênero" por "perturbação de identidade de gênero" (APA, 1994). Em 2000, na 4ª edição revista do DSM, a transexualidade mantém-se como "perturbação de identidade de gênero" (APA, 2002). Atualmente, a 5ª edição do Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM-5) substitui a categoria de "perturbação de identidade de gênero" pela categoria "disforia de gênero" (APA, 2013). A transexualidade mantém-se no CID-11 com a designação de "incongruência de gênero" (WHO, 2019). A OMS retira do CID a "perturbação da identidade sexual" (mais especificamente designado por "transexualismo"), do capítulo associado a doenças, passando a localizá-la como "incongruência de gênero" num outro capítulo associado a "outras condições relativas a saúde sexual" (WHO, 2019) (RODRIGUES et al., 2021, p. 4). Estes modelos de classificações que colocam há décadas as transexualidades como um problema individual e não problematizam a transfobia na sociedade são o alvo de campanhas como a "Stop Trans Pathologization" (STP apud RODRIGUES et al., 2021, p. 7). Movimento organizado através da Rede

Endereço: Rua Ministro Godoi, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br

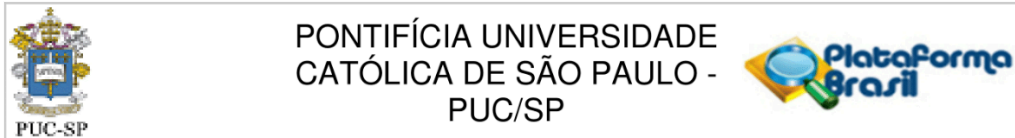


Continuação do Parecer: 6.543.942

Internacional pela Despatologização Trans, a iniciativa visava retirar a perturbação de identidade de gênero do DSM e da CID, revogando a obrigatoriedade do diagnóstico psiquiátrico para tratamentos hormonais e cirúrgicos, e para alterar o nome e o sexo no registro civil (RODRIGUES et al., 2021, p. 7). Assim como o STP, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) também promove o debate contra a patologização através de resoluções como a Resolução nº 01/99. Essa resolução recomenda que a atuação do psicólogo “não deve exercer quaisquer atividades que favoreçam a patologização da homossexualidade nem adotar ação coercitiva, no sentido de buscar uma reorientação junto a essas pessoas” (CFP apud FAVERO, SOUZA, 2019, p. 5). Favero e Souza (2019) ressaltam, no entanto, que em 2017, um grupo de 27 psicólogos entrou com uma ação na justiça para rever essa resolução, logo, nota-se que mesmo com esses avanços ainda existem profissionais da psicologia que atuam em prol da cis heteronormatividade.

1.4. Educação e Universidade: Neste trabalho, o foco da pesquisa se dará na conquista e no exercício do direito de acesso à universidade pelas pessoas trans. Somente através de conquistas específicas advindas da luta do movimento trans, como a possibilidade de utilizar nome social sob amparo legal (BRASIL, 2016) e de conquistas amplas, advindas de lutas de outros movimentos sociais, como políticas públicas de acesso ao ambiente universitário como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) (BRASIL, 2005), além da disponibilização de projetos sociais voltados para essa população por meio de cursos preparatórios, que este acesso pôde ser facilitado (GARCIA, 2020, p.1). Apesar dessas conquistas, Dias, conforme citado por Silva e Vaz (2020, p.4), constatou por meio de uma pesquisa realizada em 2016 que 82% da população trans não conseguia concluir o ensino básico no Brasil. Juntamente desse dado, Bento (apud SILVA, VAZ, 2020, p. 4), explica que não se pode falar em “evasão escolar” da pessoa trans, mas sim em expulsão, uma vez que as instituições educacionais muitas vezes promovem situações que resultam na saída forçada dos alunos. Silva e Vaz (2020) ainda expressam que o conservadorismo que se opõe à discussões de gênero e sexualidade no ambiente escolar, contribui para o silenciamento e exclusão da população LGBTQIA+ do cenário educacional, propiciando, portanto, situações desrespeitosas e constrangedoras que resultam em sua expulsão. Diversas dificuldades e violências como estas também ocorrem no meio universitário, em especial para pessoas trans (GARCIA, 2020, p.1). A dificuldade no uso de banheiros, tratamentos inadequados por parte de docentes e funcionários, e processos que não utilizam o nome social em sua procedência são alguns dos relatos da pesquisa de Garcia. Como mencionado anteriormente, desde 2014 os avanços relacionados a políticas educacionais e de reconhecimento da população trans e LGBTQIA+ tem sofrido ataques que resultaram em retrocessos na conquista de direitos, sendo esses retrocessos potencializadores da

Endereço: Rua Ministro Godoi, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 6.543.942

vulnerabilização das pessoas trans frente situações de violências e opressões, em especial no ambiente universitário e de trabalho. Em momentos em que a vulnerabilidade e marginalização da população transgênera é exacerbada, a importância do seu acesso e permanência em universidades também é exaltada, visto que o campo da educação e do trabalho ainda apresentam barreiras para a inclusão de pessoas trans (GARCIA, 2020, p 5). O desejo de acesso à universidade pela a população trans se dá em múltiplas frentes, em especial o desejo dessas pessoas em poderem participar de espaços acadêmicos e sendo aceitas, respeitadas e consideradas iguais, desejo este que através da universidade se estende também para o trabalho formal. Como a universidade é um dos poucos caminhos para que a população como um todo alcance a inserção no mercado formal de trabalho, e possivelmente a ascensão social, a falha no acolhimento e oferecimento de condições de permanência às pessoas trans não apenas atua como mais uma violência, mas muitas vezes um real impedimento de ascender socialmente e viver uma vida digna (GARCIA, 2020, p.9). 1.5. Justificativa: Através da contemplação dos dados obtidos, resta o questionamento acerca da percepção que pessoas trans que compõem o ambiente universitário possuem para com suas experiências de vida e o cumprimento de seus direitos. Assim como demais direitos citados anteriormente, o direito fundamental à educação não alcança em totalidade a maioria da população trans, que por sua vez sequer tem possibilidade de terminar o ensino básico em um número alto de casos. Dito isso, para as pessoas trans que conseguiram ingressar no ensino superior formal, qual sua visão de mundo? Como se dá sua experiência no ambiente universitário? Como a Psicologia pode atuar para que a população trans tenha mais acesso a seus direitos? Essas dentre outras são perguntas que o autor buscará responder através de sua pesquisa a fim de produzir material para pesquisas futuras que abarquem mais conteúdo unindo a Psicologia e as pessoas trans, visando assim alcançar um futuro que repudie a patologização das expressões de gênero e sexualidade.

Hipótese: Apesar de uma maior abertura à população LGBTQIA+, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ainda apresenta muitas barreiras no que diz respeito à entrada e permanência de estudantes trans na universidade.

Metodologia Proposta: Será feita uma pesquisa qualitativa com estudantes trans da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Participarão da pesquisa até 6 estudantes da universidade, em local a ser combinado entre as pessoas envolvidas. Serão realizadas entrevistas semidirigidas que abordarão as vivências das pessoas trans no contexto da universidade. Para que seja possível fazer

Endereço: Rua Ministro Godoi, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 6.543.942

uma análise concisa dos dados e ao mesmo tempo garantir um espaço mais acolhedor aos entrevistados, a entrevista será gravada, e não anotada, com o seu consentimento. A busca por entrevistados será feita na própria Pontifícia Universidade Católica, no campus Monte Alegre, e se dará através de contatos obtidos ao longo da vivência do autor na universidade. Da mesma forma, as entrevistas também serão feitas no campus Monte Alegre, e serão semi-dirigidas. De acordo com Fontanella et al.(2006), a entrevista semidirigida funciona como um roteiro para o encontro com o participante, em que através de uma primeira pergunta disparadora e algumas questões-tópicos, encoraja-se o dinamismo da entrevista. Ela não é guiada pelo desejo exclusivo do entrevistador ou do entrevistado, portanto, não tem o todo da entrevista e/ou as respostas predeterminadas. As observações serão feitas com base nas experiências trazidas pelos participantes, e as informações serão registradas digitalmente. O procedimento de obtenção dessas informações ocorrerá individualmente, e de acordo com a disponibilidade de cada participante. A fim de prezar pelos cuidados éticos, será formulado um termo de consentimento livre e esclarecido por parte dos participantes, e as informações coletadas serão utilizadas no trabalho sem nomes reais, de modo a prezar pelo sigilo. Critério de Inclusão: Alunos(as/es) que se reconheçam como trans e estejam matriculados regularmente como estudantes de graduação ou pós-graduação em cursos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Critério de Exclusão: Alunos(as) cisgêneros da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e alunos(as/es) que se reconheçam como trans e estejam matriculados regularmente como estudantes de graduação no curso de Psicologia, ou que tenham relações familiares com professores do curso de Psicologia.

Critério de Inclusão:

Alunos(as/es) que se reconheçam como trans e estejam matriculados regularmente como estudantes de graduação ou pós-graduação em cursos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

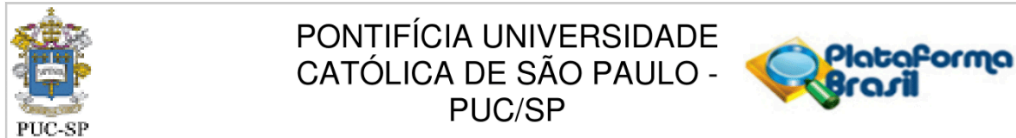
Critério de Exclusão:

Alunos(as) cisgêneros da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e alunos(as/es) que se reconheçam como trans e estejam matriculados regularmente como estudantes de graduação no curso de Psicologia, ou que tenham relações familiares com professores do curso de Psicologia.

Metodologia de Análise de Dados:

A Análise de dados se dará de forma qualitativa, ou seja, a partir da fala dos participantes, irá se buscar elementos em comum em suas vivências universitárias de modo a compor um relato sobre

Endereço: Rua Ministro Godoi, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 6.543.942

suas vivências, podendo assim compará-los à teoria e revisão bibliográfica.

Desfecho Primário:

Conhecer vivências de pessoas trans no ambiente universitário da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, de modo que suas experiências possam demonstrar de que forma são atravessadas(os/es) pela universidade, positiva e negativamente.

Desfecho Secundário:

Produção de material para psicólogos que integram a questão de gênero à Psicologia sob um viés despatologizante, ou seja, compor de maneira qualificada um espaço que precisa ser ocupado pelos profissionais da saúde do século XXI, de modo que possam auxiliar as pessoas trans.

Tamanho da Amostra no Brasil: 6"

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Conhecer as vivências de pessoas trans no ambiente universitário da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Objetivo Secundário:

Identificar os elementos positivos e negativos que atravessam a vivência de pessoas trans na universidade, verificar como esses elementos impactaram na entrada e permanência na universidade, analisar como a universidade prepara pessoas trans para o mercado de trabalho, verificar de que maneira os psicólogos podem atuar de modo que mais pessoas trans tenham acesso à educação superior e ao mercado de trabalho.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Sabemos que toda pesquisa com seres-humanos possui riscos. Desta forma, não conseguimos garantir que não haverá nenhum risco em sua participação. No entanto, se houver algum desconforto durante a realização das entrevistas, os(as) entrevistados(as/es) poderão interrompê-las e retirar seu consentimento sem nenhum prejuízo na sua participação no ambiente universitário. Somado a isso, o fato de os sujeitos de pesquisa e pesquisadores estarem vinculados a mesma instituição, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, traz a necessidade de previsão de possíveis desconfortos tanto na realização da entrevista quanto no tratamento dos dados, por esse motivo as pessoas que poderiam ser potencialmente identificadas ou se sentir expostas como os estudantes de graduação de Psicologia e parentes de professores do curso de

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello
Bairro: Perdizes CEP: 05.015-001
UF: SP Município: SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 Fax: (11)3670-8466 E-mail: cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 6.543.942

Psicologia não serão convidados a participar da pesquisa. Qualquer informação que possa identificar os sujeitos será eliminada ou alterada na divulgação dos resultados. A fim evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar dano relativo à sua participação, o pesquisador garantirá o sigilo de informações que permitam sua identificação, durante e após a sua realização e nas possíveis publicações resultantes da pesquisa, providenciando assim devido tratamento dos dados coletados.

Benefícios: O benefício desta pesquisa se dá de modo que aumentará o número de pesquisas científicas que integram a questão de gênero à Psicologia sob um viés despatologizante, ou seja, comporá de maneira qualificada a um espaço que precisa ser ocupado pelos profissionais da saúde do século XXI.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide campo: "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo: "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Vide campo: "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

1. Folha de Rosto - OK;-

STATUS = APROVADO

2. TCLE - OK;

STATUS = APROVADO

3. Ofício de Apresentação - OK;

STATUS = APROVADO

4. Projeto de Pesquisa - OK;

Endereço: Rua Ministro Godoi, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello			
Bairro: Perdizes		CEP: 05.015-001	
UF: SP	Município: SAO PAULO		
Telefone: (11)3670-8466	Fax: (11)3670-8466	E-mail: cometica@pucsp.br	



Continuação do Parecer: 6.543.942

STATUS = APROVADO

5. Autorização para realização da Pesquisa - OK;

STATUS = PENDENTE - APROVADO

6. Parecer de mérito acadêmico - OK;

STATUS = APROVADO

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado do Comitê de Ética em Pesquisa, campus Monte Alegre da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - CEP-PUC/SP, aprova integralmente o parecer oferecido pelo(a) relator(a).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2210688.pdf	30/10/2023 20:20:50		Aceito
Parecer Anterior	Parecer.jpg	30/10/2023 20:20:21	Solange Aparecida Emílio	Aceito
Outros	roteiro_entrevista.pdf	30/10/2023 20:19:40	Solange Aparecida Emílio	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_Ferdinando_Guzzo.pdf	30/10/2023 20:19:06	Solange Aparecida Emílio	Aceito
Outros	oficio.pdf	30/10/2023 20:18:26	Solange Aparecida Emílio	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_ nao_vinc_institucional.pdf	30/10/2023 20:15:55	Solange Aparecida Emílio	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Ferdinando.pdf	30/10/2023 20:15:15	Solange Aparecida Emílio	Aceito
Folha de Rosto	Folha_rosto.pdf	30/10/2023 20:13:19	Solange Aparecida Emílio	Aceito

Endereço: Rua Ministro Godoi, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 6.543.942

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 30 de Novembro de 2023

Assinado por:
Antonio Carlos Alves dos Santos
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Ministro Godoi, 969 - sala 63C, térreo do Prédio Reitor Bandeira de Mello
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br